



A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA DE CAMPINA GRANDE

Ettore Daniel Sousa Almeida

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU)

ETTORE DANIEL SOUSA ALMEIDA

A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA DE
CAMPINA GRANDE (1950 – 1960)

Ettore Daniel Sousa Almeida

A Conservação da Arquitetura Moderna de Campina Grande (1950 – 1960)

Monografia submetida ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Alcília Afonso de Albuquerque

Campina Grande

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
 UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL
 CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CAU

Trabalho de Conclusão de Curso "A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CAMPINA GRANDE", apresentado por ETORE DANIEL SOUSA ALMEIDA, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM 05 de setembro de 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª. Dr.ª. Aclia Afonso de Albuquerque Melo
 Examinadora - Presidente

Prof.ª. Dr.ª. Valéria Lira dos Anjos
 Examinadora Interim

Prof.ª. Raulan Rodrigues Gondim - UFFAM
 Examinador Interim

É preciso se libertar das amarras, não jogar fora simplesmente o passado e toda a sua história. O que é preciso é considerar o passado como presente histórico, ainda vivo. Frente a ele, nossa tarefa é forjar um novo presente, verdadeiro, e para isso é necessário não um conhecimento profundo de especialista, mas a capacidade de entender historicamente o passado, e saber distinguir o que irá servir para novas situações de hoje. (Lina Bo Bardi)

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, por toda a sua criação, pelo infinito, pela vida. À Mãe Divina, pelos ensinamentos, pela liberdade, pela iluminação. À espiritualidade, por todo o auxílio, presença e cuidado.

Aos meus pais, Antônio e Soniete, por todo o apoio e suporte, por sempre se fazerem presentes, desejarem meu melhor, e por tornar essa jornada até aqui possível.

À minha avó, por todo seu amor e carinho incondicionais que me envolvem desde que nasci. Você que é meu tesouro.

Ao meu avô, por todo seu afeto silencioso, pelas brincadeiras, por ser um modelo a ser seguido.

Ao meu irmão, Pedro Caio, pela capacidade de, apenas com sua presença, tornar tudo mais leve.

À minha orientadora, Kaki, pelo incentivo e pelos ensinamentos, acima de tudo que deu através do exemplo, de dedicação, ação e força.

A todos os meus professores dessa graduação, que me fizeram compreender o que foi e o que é a arquitetura e o urbanismo, em especial, a Marcus Vinícius, pelo incentivo, pelas importantes indicações bibliográficas para a realização desse trabalho, a Demóstenes, Heitor, Mauro, Raoni, Kainara e Mércia.

A Diogo, meu amigo e mestre, por sua amizade e por todos os seus ensinamentos e direcionamentos espirituais.

Aos meus amigos, que fizeram que essa jornada fosse prazerosa, em especial a Ana Carla, pelo antagonismo desde o início do curso, por me fazer enxergar o mundo de maneira diferente, e sempre me impulsionar ao crescimento, a Maria Clara, por dividir comigo tantos momentos bons e não tão bons, e por prontamente emprestar a câmera com a qual eu pude realizar esse trabalho, a Igor, pelo seu fundamental auxílio com as fotografias, a Bruna, por tudo, a Arielly, pelo estresse, a Roberta e Fernanda, pela parceria e pelas fotos solícitamente cedidas.

RESUMO

ALMEIDA, Ettore Daniel Sousa. **A Conservação da Arquitetura Moderna de Campina Grande (1950 – 1960)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

A arquitetura moderna de Campina Grande é vasta, diversificada e detém um valor inestimável em seus mais variados aspectos, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, é muitas vezes negligenciada pela própria cidade, o que acarreta na contínua descaracterização e depredação da mesma. Esse trabalho tem como objetivo identificar o atual estado de conservação das edificações modernas de Campina Grande das décadas de 50 e 60 e destacar a importância desse patrimônio para a cidade, além de contribuir com a documentação do acervo do estilo no município. Para isso, foi realizada uma seleção de 16 obras modernas dentro desse recorte temporal, diversificadas entre si, como grupo amostral para a avaliação geral. O trabalho utiliza como métodos a pesquisa documental, bibliográfica, o levantamento de dados em órgãos públicos, e o registro de fotografias em campo nas obras selecionadas, para realização da análise comparativa entre as fotos atuais e as antigas, e da análise visual através dos aspectos físicos presentes. Através do mapeamento das edificações e da síntese de seus estados de conservação, tornou-se possível realizar, além da análise individual, a análise coletiva das obras. Por meio desse estudo, pretende-se reforçar a importância da aplicação de uma política eficaz de conservação na cidade como meio de preservar a história da mesma.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna, Conservação, Campina Grande, Patrimônio

ABSTRACT

ALMEIDA, Ettore Daniel Sousa. The Conservation of the Modern Architecture of Campina Grande (1950 - 1960). 2017. Final Course Assignment (University Degree in Architecture and Urbanism) - Federal University of Campina Grande, Campina Grande, 2017.

The modern architecture of Campina Grande is vast, diverse and priceless in its most varied aspects, at the same time, paradoxically, it is often neglected by the city itself, which implies in its continuous decharacterization and depreciation. This work aims to identify the current state of conservation of the modern buildings of Campina Grande from the 50s and 60s and highlight the importance of this heritage for the city, in addition to contributing to the documentation of the style buildings. For this, a selection of 16 modern buildings within this temporal cut, diversified among themselves, was made as a sample group for the general evaluation. The work uses documentary, bibliographical research, survey of data in public agencies, photographic records in the selected buildings, to perform the comparative analysis between the current and old photos and the visual analysis through its physical aspects. Through the mapping of buildings and the synthesis of their conservation states, it became possible to perform, in addition to individual analysis, the collective analysis of the buildings. Through this study, we intend to reinforce the importance of applying an effective conservation policy in the city as a way to preserve its history.

Keywords: Modern Architecture, Conservation, Campina Grande, Patrimony

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01: Vista parcial da cidade na década de 1960. (38)
- Figura 02: Vista parcial da cidade no final da década de 1960. (38)
- Figura 03: Foto do Edifício dos Correios e Telégrafo e seu panorama, em 1958. (43)
- Figura 04: Fotografia da década de 1950. (43)
- Figura 05: Verticalização da Associação Comercial e Empresarial, década de 1950. (53)
- Figura 06: ACCG, Câmara Municipal Félix de Araújo e Edifício Palomo. (53)
- Figura 07: Registro da Estação Nova nos anos 1990. (75)
- Figura 08: Vista externa da Estação Nova em 2009. (75)
- Figura 09: Vista interna da Estação Nova em 2009. (75)
- Figura 10: Fotografia aérea de trecho da cidade nos anos 1980, Edifício Rique à direita. (93)
- Figura 11: Banco Industrial de Campina Grande. (93)
- Figura 12: Registro do Edifício Rique na década de 1960. (93)
- Figuras 13 a 16: Fotografias de análise projetual da Residência Vieira Silva, em 2015. (103)
- Figura 17: Projeto original para a Escola Politécnica. (111)
- Figura 18: Escola Politécnica na década de 1960. (111)
- Figura 19: Escola Politécnica na década de 1980. (111)
- Figura 20: Vista externa da Escola Politécnica. (111)
- Figura 21: Fachada frontal do Clube do Trabalhador, em 1962. (123)
- Figura 22: Fachada lateral do Clube do Trabalhador, em 1962. (123)
- Figura 23: Recorte da Figura 02 com foco na fachada lateral esquerda do Edifício Palomo. (137)
- Figura 24: Recorte da Figura 06 com foco na fachada lateral direita do Edifício Palomo. (137)
- Figura 25: Etapa final da construção do Teatro Municipal, 1962. (155)
- Figura 26: Inauguração do teatro, 1963. (155)
- Figura 27: Residência Eutiqui Loureiro na década de 1960. (191)
- Figura 28: Residência Eutiqui Loureiro em 2015. (191)
- Figura 29: Em primeiro plano, o Edifício Lucas. Final da década de 1960. (201)
- Figura 30: Edifício Lucas de antes da construção do calçadão da Cardoso Vieira. (201)
- Figura 31: Hotel Ouro Branco em 1965. (217)
- Figura 32: Hotel Ouro Branco na década de 1980. (217)

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 01: Edifício dos Correios, 2017. Fonte: autor. (44, 45)
- Fotografia 02: Edifício dos Correios, 2017. Fonte: autor. (46)
- Fotografia 03: Edifício dos Correios, detalhes da fachada lateral esquerda, 2017. Fonte: autor. (47)
- Fotografia 04: Edifício dos Correios, portão principal, 2017. Fonte: autor. (48)
- Fotografia 05: Edifício dos Correios, fachada lateral esquerda, 2017. Fonte: autor. (49)
- Fotografias 06 a 09: Edifício dos Correios, detalhes, 2017. Fonte: autor. (50)
- Fotografia 10: Edifício da ACCG, 2017. Fonte: autor. (54, 55)
- Fotografia 11: Edifício da ACCG, 2017. Fonte: autor. (56)
- Fotografia 12: Edifício da ACCG, detalhes da fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (57)
- Fotografia 13: Edifício da ACCG, detalhes da fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (58)
- Fotografia 14: Edifício da ACCG, fachada lateral esquerda, 2017. Fonte: autor. (59)
- Fotografias 15 a 18: Edifício da ACCG, detalhes, 2017. Fonte: autor. (60)
- Fotografia 19: Residência Alaíde Muniz, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (64, 65)
- Fotografia 20: Residência Alaíde Muniz, fachadas frontal e lateral esquerda, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (66)
- Fotografia 21: Residência Alaíde Muniz, detalhes, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (67)
- Fotografia 22: Residência Alaíde Muniz, fachadas frontal e lateral direita, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (68)
- Fotografia 23: Residência Alaíde Muniz, passarela, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (69)
- Fotografia 24: Residência Alaíde Muniz, detalhes, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (70)
- Fotografia 25: Residência Alaíde Muniz, detalhes e mobiliário, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (71)
- Fotografias 26 a 29: Residência Alaíde Muniz, detalhe, 2016. Fonte: Fernanda Macedo. (72)
- Fotografia 30: Estação Nova, 2017. Fonte: autor. (76, 77)
- Fotografia 31: Estação Nova, 2017. Fonte: autor. (78, 79)
- Fotografia 32: Estação Nova, portão principal, 2017. Fonte: autor. (80)
- Fotografia 33: Estação Nova, 2017. Fonte: autor. (81)
- Fotografia 34: Estação Nova, detalhes do relógio, 2017. Fonte: autor. (82)
- Fotografia 35: Estação Nova, detalhe de esquadria, 2017. Fonte: autor. (83)
- Fotografia 36: Estação Nova, 2017. Fonte: autor. (84, 85)
- Fotografia 37: Estação Nova, cômodos internos, 2017. Fonte: autor. (86)
- Fotografia 38: Estação Nova, cômodos internos, 2017. Fonte: autor. (87)
- Fotografia 39: Estação Nova, cômodos internos, 2017. Fonte: autor. (88)
- Fotografia 40: Estação Nova, cômodos internos, 2017. Fonte: autor. (89)
- Fotografias 41 a 44: Estação Nova, detalhes, 2017. Fonte: autor. (90)
- Fotografia 45: Edifício João Rique, 2017. Fonte: autor. (94, 95)
- Fotografia 46: Edifício João Rique, 2017. Fonte: autor. (96)
- Fotografia 47: Edifício João Rique, 2017. Fonte: autor. (97)
- Fotografia 48: Edifício João Rique, fachada lateral direita, 2017. Fonte: autor. (98)

- Fotografia 49: Edifício João Rique, detalhe de fachada, 2017. Fonte: autor. (99)
- Fotografias 50 e 51: Edifício João Rique, detalhes, 2017. Fonte: autor. (100)
- Fotografia 52: Demolição da Residência Vieira Silva, 2017. Fonte: Roberta Meira. (104, 105)
- Fotografia 53: Demolição da Residência Vieira Silva, 2017. Fonte: Roberta Meira. (106)
- Fotografia 54: Demolição da Residência Vieira Silva, 2017. Fonte: Roberta Meira. (107)
- Fotografia 55: Demolição da Residência Vieira Silva, 2017. Fonte: Roberta Meira. (108)
- Fotografia 56: Centro de Humanidades, 2017. Fonte: autor. (112, 113)
- Fotografia 57: Centro de Humanidades, vista interna, 2017. Fonte: autor. (114)
- Fotografia 58: Centro de Humanidades, fachada lateral, 2017. Fonte: autor. (115)
- Fotografia 59: Centro de Humanidades, fachada lateral, 2017. Fonte: autor. (116)
- Fotografia 60: Centro de Humanidades, detalhes, 2017. Fonte: autor. (117)
- Fotografia 61: Centro de Humanidades, detalhes, 2017. Fonte: autor. (118)
- Fotografias 62 a 64: Centro de Humanidades, detalhes, 2017. Fonte: autor. (119)
- Fotografia 65: Clube do Trabalhador, 2017. Fonte: autor. (124, 125)
- Fotografia 66: Clube do Trabalhador, fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (126)
- Fotografia 67: Clube do Trabalhador, vista interna, 2017. Fonte: autor. (127)
- Fotografia 68: Clube do Trabalhador, detalhes, 2017. Fonte: autor. (128)
- Fotografia 69: Clube do Trabalhador, detalhes, 2017. Fonte: autor. (129)
- Fotografia 70: Clube do Trabalhador, ginásio, 2017. Fonte: autor. (130, 131)
- Fotografia 71: Clube do Trabalhador, detalhes, 2017. Fonte: autor. (132)
- Fotografia 72: Clube do Trabalhador, detalhes, 2017. Fonte: autor. (133)
- Fotografia 73: Clube do Trabalhador, detalhes, 2017. Fonte: autor. (134)
- Fotografia 74: Edifício Palomo, 2017. Fonte: autor. (138, 139)
- Fotografia 75: Edifício Palomo, fachada lateral esquerda, 2017. Fonte: autor. (140)
- Fotografia 76: Edifício Palomo, fachada frontal, detalhes, 2017. Fonte: autor. (141)
- Fotografia 77: Edifício Palomo, fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (142)
- Fotografia 78: Edifício Prata, 2017. Fonte: autor. (146)
- Fotografia 79: Edifício Prata, detalhe de pilar, 2017. Fonte: autor. (147)
- Fotografia 80: Edifício Prata, detalhe de fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (148, 149)
- Fotografia 81: Edifício Prata, 2017. Fonte: autor. (150)
- Fotografia 82: Edifício Prata, fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (151)
- Fotografia 83: Edifício Prata, 2017. Fonte: autor. (152)
- Fotografia 84: Teatro Municipal, 2017. Fonte: autor. (156, 157)
- Fotografia 85: Teatro Municipal Severino Cabral, fachada posterior, 2017. Fonte: autor. (158)
- Fotografia 86: Teatro Municipal Severino Cabral, fachada lateral direita, 2017. Fonte: autor. (159)
- Fotografia 87: Teatro Municipal Severino Cabral, detalhe de fachada lateral direita, 2017. Fonte: autor. (160)
- Fotografia 88: Teatro Municipal Severino Cabral, detalhes, 2017. Fonte: autor. (161)
- Fotografia 89: Teatro Municipal Severino Cabral, fachada lateral esquerda, 2017. Fonte: autor. (162)
- Fotografia 90: Teatro Municipal Severino Cabral, detalhes, 2017. Fonte: autor. (163)
- Fotografias 91 e 92: Teatro Municipal Severino Cabral, detalhes, 2017. Fonte: autor. (164)

- Fotografia 93: Residência Antônio Diniz Magalhães, 2017. Fonte: autor. (168, 169)
- Fotografia 94: Residência Antônio Diniz Magalhães, fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (170)
- Fotografia 95: Residência Antônio Diniz Magalhães, detalhes da fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (171)
- Fotografia 96: Residência Antônio Diniz Magalhães, fachada lateral esquerda, 2017. Fonte: autor. (172)
- Fotografia 97: Residência Antônio Diniz Magalhães, detalhes, 2017. Fonte: autor. (173)
- Fotografias 98 a 100: Residência Antônio Diniz Magalhães, detalhes, 2017. Fonte: autor. (174)
- Fotografia 101: Residência Heleno Sabino de Farias, 2017. Fonte: autor. (178, 179)
- Fotografia 102: Residência Heleno Sabino de Farias, detalhes de fachada, 2017. Fonte: autor. (180)
- Fotografia 103: Residência Heleno Sabino de Farias, detalhes de fachada, 2017. Fonte: autor. (181)
- Fotografia 104: Residência Heleno Sabino de Farias, 2017. Fonte: autor. (182)
- Fotografia 105: Residência Heleno Sabino de Farias, passarela, 2017. Fonte: autor. (183)
- Fotografia 106: Residência Heleno Sabino de Farias, jardim, 2017. Fonte: autor. (184)
- Fotografia 107: Residência Heleno Sabino de Farias, detalhes, 2017. Fonte: autor. (185)
- Fotografias 108 a 110: Residência Heleno Sabino de Farias, detalhes, 2017. Fonte: autor. (186)
- Fotografia 111: Residência Eutiqui Loureiro, 2017. Fonte: autor. (190, 191)
- Fotografia 112: Residência Eutiqui Loureiro, fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (192)
- Fotografia 113: Residência Eutiqui Loureiro, detalhe de fachada, 2017. Fonte: autor. (193)
- Fotografia 114: Residência Eutiqui Loureiro, garagem, 2017. Fonte: autor. (194)
- Fotografia 115: Residência Eutiqui Loureiro, detalhes, 2017. Fonte: autor. (195)
- Fotografia 116: Residência Eutiqui Loureiro, detalhes, 2017. Fonte: autor. (196)
- Fotografia 117: Edifício Lucas, 2017. Fonte: autor. (200, 201)
- Fotografia 118: Edifício Lucas, 2017. Fonte: autor. (202)
- Fotografia 119: Edifício Lucas, fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (203)
- Fotografia 120: Edifício Lucas, detalhes, 2017. Fonte: autor. (204)
- Fotografia 121: Edifício Lucas, detalhes, 2017. Fonte: autor. (205)
- Fotografia 122: Edifício Lucas, mural, 2017. Fonte: autor. (206, 207)
- Fotografia 123: Edifício Lucas, detalhes, 2017. Fonte: autor. (208)
- Fotografia 124: Edifício Lucas, detalhes, 2017. Fonte: autor. (209)
- Fotografia 125: Edifício Lucas, cobertura, 2017. Fonte: autor. (210, 211)
- Fotografia 126: Edifício Lucas, detalhe de cobertura, 2017. Fonte: autor. (212)
- Fotografia 127: Edifício Ouro Branco, 2017. Fonte: autor. (216, 217)
- Fotografia 128: Edifício Ouro Branco, 2017. Fonte: autor. (218)
- Fotografia 129: Edifício Ouro Branco, mural, 2017. Fonte: autor. (219)
- Fotografia 130: Edifício Ouro Branco, fachada lateral direita, 2017. Fonte: autor. (220)
- Fotografia 131: Edifício Ouro Branco, fachada lateral direita, 2017. Fonte: autor. (221)
- Fotografia 132: Edifício Ouro Branco, detalhes da fachada frontal, 2017. Fonte: autor. (222)
- Fotografia 133: Edifício Ouro Branco, vista interna, 2017. Fonte: autor. (223)
- Fotografia 134: Edifício Ouro Branco, cômodo em reforma, 2017. Fonte: autor. (224)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3. DEFINIÇÕES E CONCEITUAÇÕES	17
3.1 Conservação, Preservação e Restauro	17
3.2 Patrimônio, Patrimônio Histórico e Patrimônio Cultural	18
3.3 Monumento Histórico	20
3.4 Conservação Urbana Integrada	21
4. A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA	23
4.1 Arquitetura Moderna: Por que conservar?	23
4.2 Dificuldades e desafios	25
5. CAMPINA GRANDE: CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E ECONÔMICO	32
6. CRITÉRIO PARA SELEÇÃO DAS OBRAS	39
7. ANÁLISE DAS OBRAS	40
7.1 Edifício dos Correios	43
7.2 Edifício da ACCG	53
7.3 Residência Alaíde Muniz	63
7.4 Estação Nova	75
7.5 Edifício João Rique	93
7.6 Residência Vieira Silva	103
7.7 Escola Politécnica da UFPB	111
7.8 Clube do Trabalhador	123
7.9 Edifício Palomo	137
7.10 Edifício Prata	145
7.11 Teatro Municipal Severino Cabral	155
7.12 Residência Antônio Diniz Magalhães	167
7.13 Residência Heleno Sabino de Farias	177
7.14 Residência Eutiqui Loureiro	189
7.15 Edifício Lucas	199
7.16 Edifício Ouro Branco	215
8. ANÁLISE DOS RESULTADOS	227
9. CONCLUSÃO	230
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233

1. INTRODUÇÃO

A proteção do patrimônio histórico e arquitetônico é um tema que há muito tempo é discutido, e sua importância consensualizada, entretanto a produção moderna não estava incluída como patrimônio a ser protegido até pouco tempo atrás. A problematização e os debates acerca da conservação da arquitetura moderna são relativamente recentes: começaram a surgir em âmbito internacional no final da década de 1980, com a fundação da ONG *Docomomo - International committee for documentation and conservation of buildings, sites and neighborhoods of the modern movement.*, em 1988, na Holanda. Tendo em vista a notável vulnerabilidade desse patrimônio arquitetônico diante o abandono, a descaracterização, a deterioração e a forte presença do mercado imobiliário contemporâneo, recentemente organizações como a UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS incluíram a produção moderna no conjunto de patrimônios a serem conservados e passaram a trabalhar em prol dessa proteção.

Em Campina Grande, nota-se uma contínua negligência em relação à conservação do patrimônio arquitetônico de modo geral. O patrimônio histórico reconhecido da cidade está circunscrito no chamado “Centro Histórico de Campina Grande”, área delimitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 28 de junho de 2004¹. As ruas, edificações e praças históricas existentes no interior desse perímetro estão devidamente tombadas, entretanto, a negligência citada acima é nítida quando se verifica que, exceto a Estação Ferroviária Nova, nenhuma edificação moderna externa a esse perímetro está tombada, independentemente de seu valor histórico, cultural ou arquitetônico. Além disso, nota-se

¹ A delimitação da área está representada no Mapa 01, página 36

que mesmo as edificações internas ao perímetro sofrem com mutilações cotidianas e com a falta de uma manutenção adequada. A fiscalização, de modo geral, é ineficaz, e alertas emitidos sobre a situação precária que se encontra algumas edificações importantes para a memória da cidade não surtem efeito. Em 2014, o diretor executivo da IPHAEP, Aníbal de Moura Neto, afirmou que a Paraíba possuía 4 arquitetos para fiscalizar 14 cidades tombadas, enquanto apenas em João Pessoa, a área tombada possui mais de 6.600 imóveis², o que pode ser visto como reflexo dessa negligência que, para ser superada, necessita de conscientização e incentivo.

Através de metáforas e analogias, Luiz Amorim, em seu livro "Obituário Arquitetônico Pernambuco Modernista", traz a visão do edifício como um ser vivo, e remete a destruição de um edifício como uma morte da arquitetura.

"Óbito arquitetônico pode ser entendido como o desaparecimento do corpo edilício em sua totalidade ou em suas partes. Quando pleno, dele nada resta; não sobrevive, além dos registros e memória, nada que matéria e espaço moldado expressaram, abrigaram ou possibilitaram. Obra desaparecida é metralha. Essa é a morte definitiva de um ente arquitetônico, mesmo que suas partes tenham sido desmembradas e transplantadas para outros corpos, porque a arquitetura está além da matéria em si; pois se encontra na forma como é composta, no espaço que é por ela definido e na presença vital do homem." (AMORIM, 2007, p. 17)

Esse trabalho se propõe a analisar a conservação de edificações conceituadas da arquitetura moderna presentes em Campina Grande que tenham sido projetadas ou

² Lima, Wagner. "Paraíba tem 4 arquitetos para fiscalizar 14 cidades tombadas, diz IPHAEP" G1. 19 de outubro de 2014. <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/10/paraiba-tem-4-arquitetos-para-fiscalizar-14-cidades-tombadas-diz-iphaep.html>

construídas no recorte temporal de 1950 a 1969, e com essa análise destacar a necessidade de se conservar o acervo arquitetônico moderno remanescente, que representa parte da memória da cidade, apresenta características estilísticas marcantes de uma época, e possui um valor arquitetônico, histórico e cultural imensurável, não só para o município, como também para o país.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizados dois procedimentos metodológicos: (1) a “**estratégia explanatória sequencial**” do procedimento metodológico misto, explanado por Creswell (2007), que definiu a ordem, importância e foco dados durante a pesquisa; e (2) o “**roteiro de elaboração de pesquisas acadêmicas**”, elucidado por Katinsky (2005), que voltado à arquitetura, estabeleceu um olhar diferente para o objeto de estudo e, conseqüentemente, para o estudo em si.

A **estratégia explanatória sequencial** é caracterizada pela coleta e análise de dados quantitativos, seguida pela coleta e análise de dados qualitativos, dando prioridade aos dados quantitativos. Ela tem como objetivo utilizar dados qualitativos para auxiliar na interpretação e análise dos resultados do estudo quantitativo. Aplicando-o ao caso, buscou-se através de comparações e interpretações críticas (qualitativas) analisar o levantamento de dados quantitativos referente às edificações modernas selecionadas, sendo os dados constituídos por registros fotográficos das condições atuais das mesmas, bem como os registros fotográficos encontrados dos anos posteriores às suas construções.

○ **roteiro de elaboração de pesquisas** levanta 7 perguntas que devem ser respondidas para o desenvolvimento da pesquisa: O quê?, Quando?, Onde?, Como?, Elementos? e Tempo?, bem como a maneira como cada uma deve ser tratada e respondida. Além disso, o roteiro apresenta duas novas visões para o objeto em estudo: (1) a intangibilidade do objeto e o fato de que qualquer visão (ou, no caso, fotografia) do mesmo é, na realidade, uma abstração do objeto, uma vista subjetiva, mas nunca o objeto em si, e (2) o objeto (no caso, a edificação) como sujeito da história, como um trecho da atividade da arquitetura, ou ainda como um documento fundamental para a história, fonte primária da própria obra.

Inicialmente, obteve-se um amplo embasamento teórico com a leitura de artigos, teses e dissertações de autores bem conceituados relativos à (1) arquitetura moderna, (2) à sua conservação, e (3) ao contexto espacial e temporal do estudo: Campina Grande nas décadas de 1950 e 1960 e Campina Grande hoje. As definições relativas à conservação foram guiadas pelas conceituações da **Carta de Burra** e da **Declaração de Amsterdã**, que serão melhor explanadas adiante. A próxima etapa se refere à caracterização da arquitetura moderna e aos critérios levados em conta para a seleção das edificações a serem estudadas neste TCC. Após isso, são levantados dados primários através de visitas a campo nas edificações selecionadas, onde foram registradas fotografias, além de resgate de fotografias antigas e documentações no Arquivo Municipal de Campina Grande, na Secretaria de Planejamento e Gestão de Campina Grande (SEPLAN), na Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande (ACCG), no arquivo jornalístico da UEPB e na internet. As fotografias em campo possuem como foco expor o atual estado de conservação dos edifícios. Feito isso, são analisados todos os dados e realizada a síntese. Nela, é elaborada uma tabela com todas as edificações selecionadas, seu ano de construção, seu atual nível de proteção (tombado ou não tombado), e seu nível de conservação (segundo a análise visual das edificações). Com a

leitura dessa tabela, foi possível fazer reflexões e conclusões sobre a conservação do acervo de modo coletivo, e os padrões existentes perante suas tipologias, localizações e estados.

3. DEFINIÇÕES E CONCEITUAÇÕES

Diante a variedade de conceitos e definições distintas entre si que variam de autor para autor dentro da extensa bibliografia relativa à conservação da arquitetura, vê-se necessário definir e conceituar, de acordo com autores ou organizações conceituadas no meio, os termos que serão utilizados e explorados no decorrer desse trabalho.

3.1 CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RESTAURO

De acordo com a **Carta de Burra**, carta internacional do ICOMOS adotada em 1999 para a conservação dos sítios com significado cultural, **conservação** significa todos os processos de prestação de cuidados a um sítio (lugar, terreno, paisagem, edifício) por forma a que ele retenha o seu significado cultural, e dentro do conceito de conservação estariam tanto a preservação quanto a restauração. **Preservação** significa manter-se a fábrica de um sítio no seu estado existente e retardar-se a sua deterioração. Tendo em vista que a física e a química dos materiais tornem sua deterioração ao decorrer do tempo inevitável, o ato de se preservar busca manter de forma pouco identificável a aparência inicial do objeto patrimonial. E **restauração** significa a reversão da fábrica existente de um sítio a um estado anterior conhecido, pela remoção de acrescentos ou pela remontagem de componentes existentes sem a introdução de material novo. Esse trabalho deve ser evitado, e quando o mesmo for necessário, adotar as precauções já preestabelecidas pela carta. É claro, então, que o ideal é que se ocorra a prática da

conservação preventiva, evitando-se qualquer tipo de dano e a necessidade da prática restaurativa.

É importante notar que a teoria da conservação sofreu uma grande reformulação nas últimas décadas: se anteriormente seu foco era a conservação das características físico-materiais, hoje, o mais importante é conservar a significância e os valores atribuídos. Esses valores são formados pela interação entre os sujeitos e os objetos dentro de um determinado contexto. Segundo ZANCHETI (2014, p. 2), isso se deve a três fatores:

“Em primeiro lugar, a conservação sempre é uma atividade condicionada por um objetivo (por exemplo, aumentar o valor monetário da obra) e esse objetivo somente pode ser alcançado quando vários tipos de valores são considerados simultaneamente. Em segundo lugar, um edifício que alcança o status de bem patrimonial tem diversos tipos de valor, para um grande número de indivíduos e grupos sociais. Em terceiro lugar, conservar um edifício pressupõe colocá-lo em funcionamento, contemplando, se possível, todos os valores associados à obra, sob pena de fracasso de intervenção.”

3.2 PATRIMÔNIO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL

O termo “patrimônio”, por si só, está ligado à ideia de um bem pertencente (a uma pessoa, grupo, comunidade ou sociedade). Quando nos referimos a um patrimônio histórico, estamos tratando de um bem que reconhecidamente possui valor relativo à história, pertencente esta não apenas a uma pessoa, mas a uma comunidade ou uma sociedade.

“A expressão [patrimônio histórico] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos.(CHOAY, 2001, p.11).”

Segundo o Artigo 1 da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural realizada em Paris em 1972 pelo ICOMOS, são considerados patrimônio cultural:

- “- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

No Brasil, a noção de patrimônio cultural foi ampliada pela Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 215 e 216 reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, e estabelece outras formas de preservação, como a Vigilância, o Registro e o Inventário, além do Tombamento, que já havia sido instituído pelo Decreto-Lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, adequado à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Para CARSALADE (2011), como exposto pela Constituição Federal, a percepção contemporânea do patrimônio cultural é bem mais ampla do que a de décadas atrás, época em que “excepcionalidade artística ainda tutelava o reconhecimento histórico”. Ele elucida que os tempos mudaram, e que agora a visão desse tipo de patrimônio é fundamentada a partir de vários pontos de vistas, dentre eles, o da “autenticidade”, o da “imanência artística”, o da “estabilidade da cultura”, e o do “objetivismo histórico”.

3.3 MONUMENTO HISTÓRICO

Segundo Chaoy (2001), monumento histórico é tudo o que a história agregou valor associado ao conceito de documento histórico. Ele não foi feito com o objetivo de ser monumento, mas adquiriu valor documental com o passar do tempo, e deve ser preservado para a possibilidade de testemunho de gerações futuras. A importância dessa preservação deve-se à capacidade do monumento histórico de resgatar algo do passado e trazê-lo à vida no presente, sendo possível, em alguns casos, nos fazer sentir aquele passado no presente.

"O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber integrado numa concepção linear do tempo - neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular -, ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso desejo de arte (Kunstwollen): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem mediação da memória ou da história" (CHOAY, 2001, p.26)

WAISMAN (1997, p. 29-30), por sua vez, alerta que o monumento histórico não deve ser isolado de seu contexto e condições, compreendido como apenas uma obra arquitetônica. Pelo contrário, “deverá ser estudado e tratado como um complexo no qual coexistem a matéria e sua organização, os significados culturais e os valores estéticos, a memória social [...]”. E que deve-se compreender a realidade tendo em vista que nada no universo existe sem manter relações ou articulações com aquilo que o circunda.

“O elemento patrimonial adquire seu verdadeiro sentido somente em sua relação com seu entorno (físico ou cultural), paralelamente, por sua vez o ambiente mesmo adquire seu sentido a partir de sua relação com o elemento patrimonial: [...] ambos cobram significado um do outro.”
(WAISMAN, 1997, p. 30)

Compreendendo a colocação de Waisman e associando-a com o reconhecimento do bem imaterial como parte integrante do patrimônio histórico, as edificações aqui estudadas terão seus aspectos culturais, sociais, e invisíveis, bem como seu entorno também analisados e levados em conta, entendendo que a deterioração não se dá apenas pelos aspectos físicos.

3.4 CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA

A conservação urbana integrada (CI), originada no urbanismo progressista italiano dos anos 1970, passou por modificações no decorrer das décadas. No início, seu propósito era a recuperação da estrutura física, econômica e social de áreas residenciais antigas nas periferias dos centros urbanos. Nas décadas de 1980 e 1990, a proposta da CI abrangeu-se e passou a ser considerada uma forma de revitalização ou reabilitação de áreas centrais degradadas ou obsoletas. Com esse novo propósito, a CI associou-se ao plano de recuperação econômica e do valor imobiliário dos estoques de construções,

com destaque aos protegidos legalmente através do tombamento. Hoje, a conservação urbana é tida como estratégica no sentido de agregar valor à economia urbana das localidades, além de atrair investimentos privados supra-regionais ou internacionais (LACERDA E ZANCHETI, 2012, p. 19).

Os princípios da conservação integrada foram sistematizados na **Declaração de Amsterdã**, escrita em 1975 pelo Congresso de Patrimônio Arquitetônico Europeu. Na declaração, vários pontos essenciais relativos à conservação do patrimônio são levantados, tais como seu valor cultural inestimável e a compreensão do patrimônio além das construções isoladas, levando em conta o entorno, os conjuntos, os bairros de cidade, etc. Todavia, a vertente da declaração crucial para esse trabalho é a que reforça a importância do comprometimento dos poderes públicos locais e o diálogo entre os mesmos, as iniciativas privadas, os órgãos e a sociedade em prol de uma conservação eficaz para a cidade, centro urbano ou localidade. Alguns dos princípios constituintes dessa vertente são:

- “A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial.
- Os poderes locais, aos quais compete a maioria das decisões importantes em matéria de planejamento, são todos particularmente responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico e devem ajudar-se mutuamente através da troca de ideias e de informações.
- As medidas legislativas e administrativas necessárias devem ser reforçadas e tornadas mais eficazes em todos os países.
- Para fazer face aos custos de restauração, planejamento e conservação das construções e sítios de interesse arquitetônico ou histórico, uma ajuda financeira adequada deve ser colocada à disposição dos poderes locais e de proprietários particulares (...).” (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, p. 2)

Através desses princípios, a gestão da conservação urbana integrada tem como objetivo a articulação das políticas urbanas com a preservação dos valores patrimoniais, bem como o engajamento articulado da sociedade e dos setores governamentais no planejamento e na gestão dos projetos, programas e políticas, visando assegurar sua sustentabilidade. Essa gestão, então, deve ser guiada pelo Estado através da promoção do engajamento da sociedade, da satisfação das demandas conservatórias e da educação patrimonial.

4. A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

4.1 Arquitetura Moderna: por que conservar?

“Modernidade não é um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou todas as regiões do mundo e é expressa em uma variedade de formas. É essa pluralidade de expressões que representa nossas culturas contemporâneas e que forma nosso patrimônio recente” (JOKILEHTO, 2003, p. 109)

A arquitetura moderna é resultante de uma era marcada por mudanças bruscas e velozes na sociedade, geradas pelo advento da ciência, pelas novas necessidades, novas democracias, pela industrialização e a produção em massa, pelo rápido e desordenado crescimento das cidades, que geraram novas demandas, inclusive arquitetônicas. É uma arquitetura que tinha o papel de lidar com uma extensa diversidade de programas, lugares e culturas. Diversidade esta que, hoje, pode ser entendida como uma importante herança cultural do século XX (MAXWELL, 1998).

É importante para nós, como sociedade, conhecer melhor o nosso passado recente, entender o estilo de vida da geração do último século que tanto inovou e impactou na nossa vida cotidiana. Como arquitetos e urbanistas, estudar e compreender a arquitetura e a cidade modernas nos capacitará a evitar os erros do passado e maximizar a eficiência e qualidade dos projetos arquitetônicos e urbanísticos do presente.

Para PRUDON (1998, p. 77), a ideia de conservar a arquitetura moderna apresenta controvérsias históricas, já que em seu período, a própria arquitetura moderna tinha como ideal o rompimento com o passado, focando-se no presente e em suas “grandes expectativas” para o futuro. A arquitetura moderna não se basearia em precedentes históricos, mas sim em uma nova estética e em novas tecnologias, que seriam o reflexo de uma nova ordem social, parte de uma nova prosperidade. Baseando-se nesse argumento, alguns arquitetos, como o inglês Martin Pawley, criticam o movimento que se formou nas últimas décadas pela preservação da arquitetura moderna.

Por outro lado, HEYNEN (1998) combate o pensamento de que a arquitetura moderna não deve ser conservada afirmando que a modernidade é “intrinsecamente contraditória”, destacando o paradoxo existente na modernidade entre sua “forte orientação rumo ao futuro” e sua “sensibilidade pelo efêmero e transitório”. Ele afirma que as edificações modernas são parte importante da história e por isso merecem um tratamento cuidadoso, especialmente pelo seu caráter revolucionário em direção à modernidade.

“As edificações e os complexos urbanos que formam nossos jovens monumentos são importantes, pois revelam uma postura focada em direção à modernidade a qual pode fortalecer nossa própria consciência da situação dos dias atuais e do posicionamento da arquitetura em frente a essas condições.” (HEYNEN, 1998, p. 30, tradução nossa)

Heynen se identifica bastante com as ideias de Marshall Berman, especialmente pela sua obra *“Tudo o que é sólido se desmancha no ar”*, considerada clássica no meio acadêmico e essencial dentro do tema modernidade. Nesse livro, a definição do que é ser moderno relaciona a promessa de “aventura, prazer, crescimento e transformação” com a ameaça da destruição de “tudo o que nós temos, tudo o que nós sabemos, tudo o que nós somos” (BERMAN, 1987, p. 15), originando o paradoxo analisado por Heynen.

Apesar dessa relação aversa com o passado, Berman enfatiza a importância de se manter viva a ligação entre o presente e o moderno do passado, a fim de libertar as novas formas de modernidade.

“Se conseguir um dia se livrar dos desconfortáveis vínculos que o unem ao passado, o modernismo perderá todo seu peso e profundidade, e o turbilhão da vida moderna o alijará irreversivelmente. É apenas mantendo vivos estes laços que o ligam às modernidades do passado que o modernismo pode auxiliar os modernos do presente e do futuro a serem livres.” (BERMAN, 1987, p. 346)

4.2 Dificuldades e desafios

As diretrizes e o objetivo da conservação da arquitetura moderna não são diferentes da conservação de qualquer outra arquitetura mais antiga, nem a arquitetura moderna requer uma teoria da conservação própria. Entretanto, ela traz desafios e problemas nunca vistos antes.

A fim de esclarecer as dificuldades postas pela conservação dessa arquitetura, MOREIRA (2011) elenca 7 desafios pelos quais a conservação da arquitetura moderna está fadada a enfrentar: funcionalidade, materiais, sistemas infraestruturais, falta de

manutenção, a conservação de conjuntos habitacionais, pátina, e reconhecimento e tombamento. Tendo em vista que esse trabalho não tem a intenção de analisar a conservação de conjuntos habitacionais, este item não será explorado. Os outros 6 possuem importância fundamental para o entendimento da conservação das edificações aqui analisadas, e serão examinados a seguir.

4.2.1 Funcionalidade

A conservação de um edifício está diretamente ligada à funcionalidade que o mesmo possui: tanto os casos de longos períodos de abandono quanto os de utilização inadequada podem facilitar a deterioração da edificação. Além disso, um uso adequado é importante para que o edifício mantenha um status economicamente sustentável.

“Um dos significantes parâmetros para a preservação de marcos históricos é a necessidade de usos econômicos e viáveis. (...) Enquanto os “ícones” da arquitetura moderna podem ser salvos sem muito esforço, a preservação das edificações menos simbólicas do período precisa ser analisada considerando o contexto de uma estratégia economicamente viável.” (PRUDON, 1998, p. 77, tradução nossa)

As mudanças de uso e o advento de novas necessidades (como estacionamentos e rampas de acessibilidade) podem levar edificações do contexto moderno a serem consideradas obsoletas. A adaptação aos novos padrões de requisitos de isolamento térmico e de segurança, por exemplo, pode chegar a ser inviável.

No trabalho realizado, nota-se que a funcionalidade foi mais facilmente adaptada para as edificações institucionais, comerciais e de serviço. As residenciais, por outro lado, muitas vezes sofreram de abandono, dificultando o trabalho de conservação das mesmas.

4.2.2 Materiais

Os novos métodos e materiais difundidos e aplicados pela arquitetura moderna trazem grandes dificuldades para a conservação de seu acervo. O concreto, amplamente utilizado pela arquitetura moderna, quando exposto à umidade passa por um processo natural chamado carbonatação, no qual o gás carbônico presente no ar e os compostos alcalinos existentes no concreto reagem. Nos casos em que o concreto é poroso ou apresenta fissuras em sua estrutura, que são bastante comuns, ele permite a passagem de água, oxigênio e gás carbônico, que com o tempo vão deteriorando o concreto até atingirem a armadura, que por sua vez, passa a sofrer corrosão. Quando há, também, a penetração de cloreto, o processo de corrosão da armadura é acelerado, colocando toda a estrutura em risco. (MOREIRA, 2011, p. 164)

O fato do concreto exposto passar pelo processo de degradação natural pode desencadear, também, na descaracterização do edifício, quando o proprietário ou usuários optam por revestir a edificação com cerâmicas ou pastilhas como solução para o “problema”.

Muitas vezes, principalmente no Brasil, técnicas e maneiras inovadoras com a qual os edifícios modernos foram detalhados ou projetados trouxeram mais dificuldades, em virtude da mão de obra pouco qualificada ou mal informada que era selecionada para realizar as construções.

PRUDON (1998) elucida que o problema gerado pelos métodos e materiais da arquitetura moderna é fruto da falta de conhecimento que se tinha acerca dos mesmos, já que na época não se sabia como esses materiais iriam responder ao tempo. Nesse sentido, a arquitetura moderna é tida como experimental.

Observando a maneira com que os proprietários e usuários muitas vezes lidam com esse problema, ele questiona:

“Quando o sistema ou seus materiais são insatisfatórios ou falhos, todo o conjunto deve ser substituído por causa de sua natureza? Isso ainda pode ser chamado de preservação? E se, no próprio conceito de filosofias anteriores, a substituição não for factível ou desejada, mesmo que o sistema falhe? Isso significa que a utilização de sistemas reconfigurados ou da substituição de materiais são desejáveis, particularmente se o principal interesse está na preservação e aprimoração do modelo e do conceito original?” (PRUDON, 1998, 79, tradução nossa)

4.2.3 Sistemas infraestruturais

Com o avanço dos sistemas infraestruturais (redes elétricas, hidráulicas, de comunicação e resfriamento) nas últimas décadas, o desgaste natural dos materiais que os compõem (canos, cabos, fios e outras peças), e o fato de serem fundamentais para o funcionamento do edifício, nota-se a necessidade de substituição ou manutenção para que possam continuar a serem utilizados. Sabendo que o tempo médio de vida de um sistema desses é de 30 anos, identificamos a frequência média a qual intervenções infraestruturais devem ser feitas nos edifícios, que se não forem realizadas com cautela suficiente, pode resultar em fortes descaracterizações para o edifício.

“Devemos aceitar a necessidade de mudança, mas faz-se necessário um cuidadoso trabalho de adequação dessas novas estruturas. Os sistemas antigos representam um testemunho importante de nossa forma de morar no passado e não devem ser

descartados, mas, sempre que possível, preservados ao lado dos novos como um registro.” (MOREIRA, 2011, p. 171)

4.2.4 Falta de manutenção

Segundo MACDONALD (2003, p. 9), o discurso arquitetônico modernista que enaltece os novos materiais e técnicas aplicadas em sua arquitetura (como o concreto armado, o alumínio e o aço inoxidável) afetou negativamente nas atividades de manutenção da mesma, já que difundiu-se a crença de que esses materiais e técnicas durariam eternamente.

O fato é que, no Brasil, a prática da manutenção e do restauro só acontece quando o edifício atinge níveis críticos de deterioração, ou, em alguns casos, não acontecem nem quando se ultrapassa esses níveis, como foi o caso do Edifício Eldorado, que desabou em 2014, e é o caso do Cine Capitólio, que conta apenas com as paredes externas em estado crítico, ambos em Campina Grande.

4.2.5 Pátina

A pátina é um composto químico que se forma, naturalmente, na superfície de um metal, pela exposição aos elementos e ao clima, podendo se soltar ou não da superfície. Com a difusão do termo, passou a se considerar pátina qualquer envelhecimento em material, e muitas vezes a ser reproduzida artificialmente por artistas.

Embora simbolize a passagem do tempo, o que pode enriquecer o significado do edifício, no acervo moderno a pátina é geralmente associada a sujeira e degradação (LEATHERBARROW; MOSTAFAVI, 1997, p. 16-17). A partir do momento em que ela é mal vista pelos olhos do público, a autenticidade da

edificação é colocada em risco, já que a troca de materiais de revestimento passa a ser considerada uma solução para o “problema”.

CARSALADE (2011), por sua vez, enfatiza que é impossível parar a ação do tempo, e que devemos notar esse tipo de degradação não como algo a ser repudiado, mas como algo natural, que acontecerá sendo esse objeto intocado ou não. A história como “pura” seria, então, uma “concepção ilusória de que as coisas podem permanecer inalteradas”.

4.2.6 Reconhecimento e tombamento

Em termos gerais, a arquitetura moderna não detém o mesmo nível de aceitação que as arquiteturas mais antigas, e seu reconhecimento e tombamento ainda é dificilmente conquistado.

No Brasil, a primeira fase de tombamentos de edificações modernas aconteceu a partir da segunda metade da década de 40, sendo a Igreja da Pampulha, de Oscar Niemeyer, a primeira do estilo a ser tombada, em 1947. Essa fase aconteceu devido ao fato do IPHAN ter sido estruturada por intelectuais e artistas brasileiros, sendo eles próprios os protagonistas do movimento moderno (ROCHA, 2011, p. 24).

Assim nasce a preservação do patrimônio moderno no Brasil. Filha da certeza, comungada pelos arquitetos modernos, de estarem escrevendo com suas obras a história da arquitetura do século XX, e do temor de que administradores menos criteriosos pudessem desfigurar irremediavelmente estes monumentos históricos das gerações futuras (PESSÔA, 2006, p. 159).

Essa primeira fase de tombamentos finalizou-se em 1967, com o tombamento da Catedral de Brasília, antes mesmo dela ser concluída, e foi marcada pela liderança de Lúcio Costa na Diretoria de Estudos e Tombamento do DPHAN, atual IPHAN (PESSÔA, 2006, p. 161-162). A segunda fase de tombamentos no país só veio ocorrer nos anos 1980, quando o processo de reconhecimento do patrimônio moderno começou a se estruturar no Brasil e no mundo.

“Não se tratava mais de garantir a preservação de edifícios ameaçados de destruição, salvo a exceção da casa da Rua Santa Cruz, e sim de reconhecer os marcos iniciais da moderna arquitetura brasileira. Havia agora não só a distância temporal, eram prédios cinquentenários, como geracional, eram técnicos jovens ou de gerações posteriores as dos autores dos prédios.” (PESSÔA, 2006, p. 163).

Embora os ícones da arquitetura moderna tenham recebido atenção e tenham sido rapidamente tombados, inúmeros outros exemplares permanecem abandonados e despercebidos, como é o caso de diversas residências modernas de Campina Grande, algumas delas tratadas aqui. Atualmente, no Brasil, o processo de tombamento se dá geralmente quando a edificação possui um grande reconhecimento popular, o que é algo raro, já que a reduzida educação patrimonial existente no país limita esse reconhecimento aos centros urbanos, enquanto boa parte da arquitetura moderna está escondida em ruas e áreas periféricas, como acontece em Campina.

5. CAMPINA GRANDE: CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E ECONÔMICO

Com a chegada da estrada de ferro em 1907, a cidade de Campina Grande começou a se expandir radialmente, com o aparecimento de ruas e estradas que se ligavam ao Cariri, ao Seridó e a Cabaceiras. Internamente, verificou-se o aparecimento de praças, becos e de construções importantes, como o Correios, o Paço Municipal e a Estação Ferroviária. A soma desses fatores acelerou o movimento urbano na cidade, que com a rodovia, se tornou o ponto de partida e centro de convergência do interior da Paraíba e dos estados adjacentes, propiciando ao município um processo contínuo de desenvolvimento, que acima de tudo visava o “progresso” (ALMEIDA, 2010).

Segundo dados fornecidos pela IBGE (1960), na década de 1920, Campina Grande ultrapassa populacionalmente a capital do estado, João Pessoa, chegando à marca de 70.806 habitantes, e atingindo o índice de crescimento populacional de 315% entre 1907 e 1920, enquanto isso, João Pessoa possuía um crescimento demográfico mais discreto, com o índice de crescimento para o mesmo período de 30%, e com a marca de 52.990 habitantes em 1920. Campina Grande mantém esse ritmo de crescimento acelerado, assim como o título de maior cidade do estado, até a década de 60, quando a cidade contava com 207.445 habitantes, e era a 18ª mais populosa do país. Esse período de 1920 a 1960, quando além do ritmo de crescimento acelerado, a cidade possuía os holofotes voltados para si, foi bastante conturbado, e apesar do fato de que nas décadas posteriores o município tenha vivenciado um crescimento bem mais lento e gradual, seus efeitos e seu desejo de se “modernizar” e se comparar às maiores cidades do país se refletem até hoje.

A partir da década de 1920, a cidade passa por diversos processos modernizantes, principalmente através de ações da prefeitura, tais como obras de pavimentação,

drenagem, alinhamento de ruas, nivelamento, e arborização de ruas e praças da cidade. Serviços estes que trouxeram impactantes melhorias nas condições de salubridade, tráfego urbano, e na maneira com que o cidadão do centro urbano vivia. A paisagem e a conformação urbana foram reconfiguradas ao estilo da cidade moderna.

Na década de 1940, com os problemas de saneamento básico e de abastecimento de água sanados, os recursos governamentais focavam-se em intervenções relativas ao fluxo viário e ao embelezamento da cidade, e assim, ações que objetivavam uma circulação de tráfego mais veloz e tal embelezamento materializaram-se com o alargamento e prolongamento de vias, implantação de avenidas em áreas densamente edificadas, interligando regiões antes incomunicáveis por via direta, a ampliação e construção de praças, a construção de edifícios públicos interligados pelo principal eixo da cidade (a Avenida Floriano Peixoto), e a reconstrução de quadras inteiras (QUEIROZ, 2016, pg. 185).

Se na década de 1940 o prefeito Wanderley ordenava que edificações de extrema importância, como a Igreja do Rosário, fossem demolidas em prol da “modernização” da cidade, além das 167 casas desapropriadas para o prolongamento das ruas Floriano Peixoto, João Lourenço Porto e Venâncio Neiva, hoje ainda há certa hereditariedade de pensamento. Parte das forças que regem a dinâmica urbana da cidade permanecem com uma mentalidade que se assemelha à observada aqui, na década de 40.

Segundo ASCHER (2010, p. 19), ao longo da história, o crescimento das cidades esteve sempre correlacionado com o desenvolvimento dos meios de transportes, com o armazenamento de bens necessários para o abastecimento de populações crescentes, e às formas de estocagem de informações necessárias à organização do trabalho e das trocas, e o tamanho da cidade estará diretamente ligado a técnicas de construção em altura, gestão urbana dos fluxos e do abastecimento (sistema viário, esgoto, água, etc.), e foi exatamente isso que se notou em Campina Grande.

Em 1950, quando a cidade possuía uma população de 72.474 habitantes em sua zona urbana, a destruição da antiga sede do telégrafo e dos correios para a construção do novo Edifício dos Correios e da Praça dos Correios (que mais tarde iria se juntar à Praça José Américo e dar origem à Praça da Bandeira) é tida como um marco para o início de uma nova era para a história e arquitetura da cidade. Nessa época, Campina Grande vivenciava uma veloz transformação urbana, vinculava o crescimento urbano e populacional à ideia de progresso, e almejava um status de modernidade tal como se via nas maiores cidades do país. Em 28 de dezembro de 1944, o jornal *O Veneno* afirmava: “Campina é atualmente a cidade mais à São Paulada do Brasil”, os outros jornais da época faziam, com frequência, exaltações semelhantes. A partir disso, Queiroz observa:

“Cidade “à São Paulada”, cosmopolita, metrópole sertaneja de tantos ritmos, dinheiro, comércio e indústrias. Todos esses títulos tinham como objetivo não uma equiparação física, econômica ou de vidas social e cultural entre Campina Grande e as maiores cidades do país, algo impensável frente a sua reduzida escala urbana. Na verdade, essa tentativa de imprimir um ritmo frenético a seu cotidiano, pelo menos nas páginas dos jornais, tinha como principal intuito estabelecer pontos de identificação, fragmentos, entre as experiências modernas vividas no município paraibano (mudança de ritmos, de hábitos, inserção de novas tecnologias, de equipamentos urbanos de uso coletivo, crescimento populacional e econômico etc.), mesmo que incipientes, e as que estavam sendo experimentadas nas áreas urbanas em processo de metropolização, como São Paulo. (...)” (QUEIROZ, 2016)

Apesar da estonteante diferença entre Campina Grande e as maiores cidades do país, sua busca por trazer esses pontos de identificação com cidades como São Paulo culminou em uma forte transformação na arquitetura do município. As edificações do

estilo moderno, que eram tendência nas grandes cidades e raras na Paraíba, passaram a surgir, em especial as edificações verticais, que chamavam a atenção pela sua altura nunca antes vista na região, tidas como símbolos tradutores da modernidade buscada.

Como AFONSO (1999, pg. 22) observa, no período da revolução técnico-científica, as cidades experienciam um processo de revalorização cultural, em busca de se diferenciar das outras, através de uma imagem própria e de uma identidade cultural. E não obstante essa busca por adquirir uma modernidade “à são paulada”, Campina também desenvolveu uma forte identidade cultural voltada à regionalidade e ao forró, que até hoje disputa espaço com as iniciativas privadas.

Mediante a isso, na segunda metade da década de 1990 o governo municipal começa a esboçar preocupação com a preservação da história da cidade.

Em 01 de outubro de 1997 foi autorizada a criação do Conselho do Patrimônio Cultural de Campina Grande, com a finalidade de formular a política local de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural “fiscalizando, auxiliando e cooperando com ações voltadas para o setor”³.

No dia 06 de agosto de 1999 foi aprovado, em Campina Grande, o projeto de lei que cria a Zona Especial de Preservação I, compreendida pelas artérias Av. Floriano Peixoto, Rua Marquês do Herval, Rua Maciel Pinheiro, Travessa Cavalcanti Belo, Rua Cardoso Vieira, Rua Venâncio Neiva, Rua Monsenhor Sales, Rua Barão do Abiaí, Rua Semeão Leal e Rua Sete de Setembro. A zona foi criada com o objetivo de preservar a forma arquitetônica, volumetria, composição de fachada e coberta das edificações nela situadas, sendo quaisquer alterações nas fachadas desses imóveis, incluindo peças publicitárias, sujeitas a parecer técnico da Secretaria de Planejamento e do Meio Ambiente (SEPLAM)⁴.

³ BRASIL. Lei nº 3.491, de 01 de outubro de 1997, Art. 1º

⁴ BRASIL. Lei Nº 3721, de 06 de agosto de 1999, Artigos 1º, 2º e 3º

E por fim, em 28 de junho de 2004, foi ampliada a zona de preservação para as delimitações que podem ser vistas no Mapa 01, bem como homologado o decreto que indica a essa mesma área o plano de preservação rigorosa, que passou a ficar sob a jurisdição do IPHAEP.⁵

Hoje, o setor imobiliário de Campina Grande é apontado como um dos mais dinâmicos do Estado. Segundo dados do Cadastro Industrial da Paraíba, disponibilizados através da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), em 2013 a cidade já contava com aproximadamente 98 empresas do ramo de construção civil e engenharia⁶. Nota-se, na cidade, uma disputa por espaço por parte dos prédios novos na qual o patrimônio histórico da cidade é vulnerável e, sem uma proteção adequada, pode facilmente perecer. Há décadas, o município de Campina Grande tem seu acervo arquitetônico, patrimonial e histórico mutilado, tanto fora quanto dentro das limitações do Centro Histórico de Campina Grande, vítima da voracidade do crescimento e do progresso tão alimentados no decorrer de sua história.

⁵ BRASIL. Decreto Nº 25.139, de 28 de junho de 2004.

⁶ Coeli, Ligia. "Prédios históricos de Campina Grande perdem espaço para novos" G1. 07 de outubro de 2013. <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/rainha-da-borborema/noticia/2013/10/predios-historicos-de-campina-grande-perdem-espaco-para-novos.html>>



Figura 01: Vista parcial da cidade na década de 1960. Fonte: MHCG



Figura 02: Vista parcial da cidade no final da década de 1960. Fonte: Retalhos Históricos de CG

6. CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DAS OBRAS

Para realizar a análise da conservação da arquitetura moderna de Campina Grande, foram selecionadas 16 obras do estilo, sendo o critério de seleção a relevância das edificações para a história da cidade, para a sua identidade e para o movimento moderno em si, que tenham sido construídas ou projetadas no recorte temporal de 1950 a 1969. As características das edificações selecionadas variam: no início, o movimento moderno era ainda um intermediário entre o estilo Art Déco e o Estilo Moderno, essa fase de transição é chamada de “protomoderno”, movimento do qual as duas primeiras edificações analisadas fazem parte. Com o passar do tempo, vieram a ser incorporadas em Campina Grande obras com as características modernas de âmbito internacional, especialmente as definidas pelos 5 pontos da arquitetura moderna definidas por Le Corbusier, que devido à sua importância passaram a ser cânones da arquitetura moderna: planta livre, fachada livre, janela em fita, terraço jardim, pilotis. Mais importante que isso são os aspectos herdados pelas inovações oriundas do momento de modernização da arquitetura brasileira, das décadas anteriores: a disposição do edifício no lote, o arranjo das plantas, as técnicas e materiais construtivos utilizados, e os sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto. Como explana BENEVOLO (2001, p. 711), juntamente com tais referências europeias, a arquitetura moderna brasileira também se voltou a valorizar a tradição indígena e a herança pré-colombiana. Nota-se que a produção do acervo moderno campinense foi diretamente afetada pela queda da democracia e início do regime militar de 1964: assim como no restante do país⁷, o impacto do regime é visível na dificuldade de se encontrar obras modernas de considerável relevância em Campina Grande na segunda metade da década. O trabalho busca selecionar obras diversificadas, com os diferentes usos do solo

⁷ Ver BENEVOLO (2001, p. 720)

(residencial, comercial e de serviço), variadas entre públicas e privadas, e com diferentes níveis de proteção (tombado, não tombado, protegido pelo município, pelo estado e desprotegidos) para analisar e comparar a condição de conservação das obras em seus diferentes contextos.

7. ANÁLISE DAS OBRAS

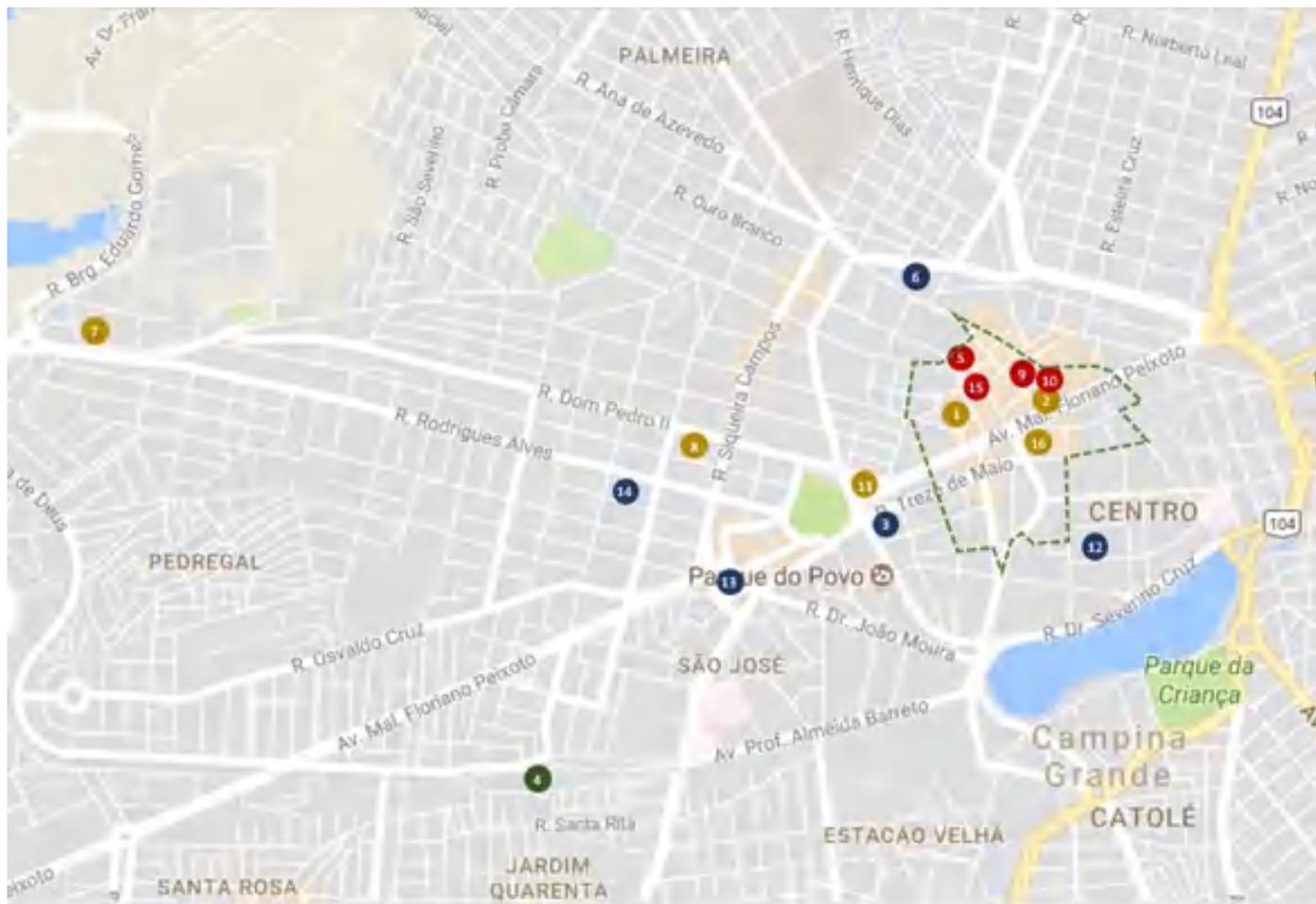
Tendo como métodos a (1) análise comparativa, nos casos em que se foi possível encontrar fotografias antigas da obra, e (2) análise visual e dedutiva das fotografias registradas para o trabalho, foi realizada uma análise das 16 obras tendo como parâmetro o estado de conservação de 6 aspectos das mesmas: caracterização, volumetria, estrutura, superfície/revestimento, elementos decorativos e esquadrias. Cada um desses aspectos foi avaliado em uma tabela, em uma escala de cores, onde:

Cor	Significado
Verde claro	Ótimo
Verde	Bom
Amarelo	Regular/Em risco
Vermelho	Precário
Vermelho escuro	Completamente destruído ou descaracterizado

Por motivos estéticos, a legenda das fotografias está presente apenas na lista de fotografias, nas páginas 09, 10 e 11.

Lista de obras selecionadas em ordem cronológica:

1. Edifício dos Correios (1950)
2. Associação Comercial e Empresarial (1955)
3. Residência Alaíde Muniz (1956)
4. Estação Nova (1957)
5. Edifício João Rique (1957)
6. Residência Vieira Silva (1957)
7. Escola Politécnica da Universidade da Paraíba (1961)
8. Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria (1962)
9. Edifício Palomo (1962)
10. Edifício Prata (1962)
11. Teatro Municipal Severino Cabral (1962)
12. Residência Antônio Diniz Magalhães (1962)
13. Residência Heleno Sabino de Farias (1962)
14. Residência Etiqui Loureiro (1962)
15. Edifício Lucas (1963)
16. Edifício Ouro Branco (1965)



Mapa 02: Localização das obras selecionadas



Figura 03: Foto do Edifício dos Correios e Telégrafo e seu panorama, em 1958. Fonte: Retalhos Históricos de CG



Figura 04: Fotografia da década de 1950. Fonte: Retalhos Históricos de CG

“Campina Grande moderniza-se [...]. A nossa terra ganhou mais um bonito edifício, seguindo o seu acelerado ritmo de modernização urbanística”.
(Revista Manaira, Nº 65, dez. 1950)



Correios

E



Localizado na esquina da Rua Marquês do Herval com a Avenida Floriano Peixoto, o edifício dos Correios e Telégrafo foi inaugurado em 09 de julho de 1950, juntamente com a “Praça dos Correios”, que mais tarde se juntaria com a “Praça José Américo” e daria origem à atual Praça da Bandeira. A edificação foi construída para atender a um programa moderno de escala inédita na cidade, possuindo conceitos próprios da arquitetura racionalista (corrente que surgiu e se difundiu na Europa entre os anos de 1925 a 1940), tais como funcionalidade, eficiência e economia, tendo como características estéticas a simetria axial, a opção pelas formas geométricas simples, com critérios ortogonais, a concepção dinâmica do espaço arquitetônico, além da utilização do concreto e do vidro. A soma de todas essas características em um só edifício público, em Campina Grande, representava a inovação da arquitetura da cidade, bem como sua modernização. O edifício dos Correios constitui parte do ambicioso projeto nacional de normalização arquitetônica oficial do Departamento de Correios e Telégrafos, que como afirma SEGAWA (1998), tinha o intuito de otimizar a infraestrutura das agências do país, tendo das décadas de 30 a 50 mais de 140 sedes construídas nas principais cidades do país, incluindo Recife, Salvador, Natal, Aracajú, Fortaleza, Belo Horizonte, Vitória, Curitiba, Campo Grande, Maceió e Teresina.











Projeto	Edifício dos Correios e Telégrafo			
Ano	1950			
Arquiteto	Desconhecido			
Tipologia de uso	Serviço			
Propriedade	Pública			
Nível de proteção	Tombado			
Estado de conservação				
Caracterização				
Volumetria				
Estrutura				
Superfície/revestimento				
Elementos decorativos				
Esquadrias				
Geral				

A edificação permanece com suas características iniciais, volumetria, elementos decorativos e estrutura inalterados. Trechos de sua superfície estão sujos, onde se observa lixiviações. Na superfície inferior da marquise principal nota-se marcas oriundas de infiltração de água. O corrimão e alguns elementos metálicos das esquadrias encontram-se enferrujados. Uma folha de uma das janelas de vidro está quebrada, e apresenta um reparo improvisado em papel. Nota-se pichações em algumas paredes, especialmente na fachada lateral esquerda. Foi flagrado um “morador de rua” dormindo à sombra da edificação, em um dia em que a edificação estava inativa. Apesar disso, o uso da edificação permanece o mesmo, garantindo a conservação imaterial, e no geral, a edificação encontra-se relativamente bem conservada, tendo em vista a idade e a frequência com que a edificação é utilizada.



Figura 05: Verticalização da Associação Comercial e Empresarial, década de 1950. Fonte: RHCG



Figura 06: À direita, em primeiro plano, a ACCG. À esquerda, a Câmara Municipal Félix de Araújo. Ao fundo, o Edifício Palomo. Fonte: Retalhos Históricos de CG

“A história da ACCG está marcada por fatos importantes. A sua atuação, ao longo de quase 100 anos, não se limitou apenas aos interesses dos seus associados. A trajetória da entidade mostra que ela teve participação decisiva em defesa da cidade, reivindicando melhorias em infraestrutura, em serviços financeiros, de crédito, além de influenciar nas decisões políticas do município.”
 (JORNAL DA PARAÍBA, 2016)

ACCGO

Contra 20%
Club de Descontos
em 10

60%
de desconto



até 60% de desconto
em todos os produtos
de 1 a 100% de desconto



Da década de 1920 à de 1950 a Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande funcionava em outra edificação no centro da cidade. Após o mandato de João Rique, Severino Bezerra Cabral assume a administração da associação. No final de 1953, o presidente Severino Cabral é reeleito para o cargo, assumindo em 1954 o primeiro mandato biênico da entidade. Nesse ano, após lutar para que os aviões da Varig fizessem escala na cidade, ele contraiu com a Caixa Econômica Federal um crédito em empréstimo de 5 milhões de cruzeiros para iniciar a construção da nova sede da ACCG, nomeada “Palácio do Comércio”. A construção dessa edificação se deu na esquina da Avenida Floriano Peixoto com a Maciel Pinheiro, teve início em 1954 e foi parcialmente concluída em 1955 (com 3 pavimentos), contando com toda a atenção de Cabral em seu último mandato frente à ACCG. A reunião da diretoria que elegeria o seu sucessor, Newton Rique, aconteceu já nessa nova sede, em novembro de 1955. A verticalização do edifício se deu aos poucos, nos anos seguintes: no mandato de Newton Vieira Rique, mais um pavimento foi construído, na gestão de Antônio Almeida Barreto foram construídos os dois últimos andares previstos no projeto, tendo obras orçadas em 3 milhões e 600 mil cruzeiros. Nessa ampliação, é inaugurado o luxuoso salão de recreação, com equipamentos e mobiliários orçados em 1 milhão e 300 mil cruzeiros. Nos anos seguintes, outras reformas foram realizadas: a modificação de um elevador, a readaptação dos ambientes internos e a pintura do prédio.





O COMERCIAL
E
S ARIAL



ACCESY ACCESY

MO





Projeto	Associação Comercial e Empresarial de Campinas Grande		
Ano	1955		
Arquiteto	Desconhecido		
Tipologia de uso	Serviço		
Propriedade	Pública		
Nível de proteção	Tombada		
Estado de conservação			
Caracterização	Amarelo	Verde	Verde
Volumetria	Amarelo	Verde	Verde
Estrutura	Amarelo	Verde	Verde
Superfície/revestimento	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Elementos decorativos	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Esquadrias	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Geral	Amarelo	Amarelo	Amarelo

A edificação da ACCG sofreu várias modificações no decorrer do tempo. É possível ver nas imagens que na década de 1970, após a verticalização ter sido enfim concluída, as esquadrias já não eram mais as mesmas, bem como a volumetria. De lá pra cá, a volumetria esteve conservada, porém marcas do tempo, lodo e lixiviações impregnam parte de sua superfície, dando a ela um aspecto sujo, o que reflete a falta de manutenção e limpeza. Aparelhos condicionadores de ar foram instalados, e um telão digital ligado na maior parte do tempo, que atrai a atenção dos observadores mais que o próprio prédio, prejudicam ainda mais a sua caracterização e a conservação do edifício em si. Embora a edificação mantenha seus usos iniciais dados pela ACCG, o estado de conservação da mesma é de alerta.

7.3 RESIDÊNCIA ALAÍDE MUNIZ

Endereço: Rua Treze de Maio – Centro

Propriedade: Privada

Autor do Projeto: Geraldino Pereira Duda

Ano do Projeto: 1956



Mapa 05: Localização da Residência Alaíde Muniz. Fonte: Google Earth, 2017.

Localizada na esquina das ruas Treze de Maio e Sebastião Donato, e arquitetada pelo engenheiro civil Geraldino Duda, é uma das primeiras residências modernas construídas em Campina Grande, que, tendo em vista seu traçado arquitetônico singular, agrega à mesma um imensurável valor arquitetônico e histórico. Sua localização, próxima ao Parque do Povo, a traz grande visibilidade, tanto para os habitantes da cidade quanto para os turistas que vem em virtude da festa popular do São João no Parque do Povo. Não foram encontradas fotografias antigas relacionadas a essa edificação.












7 a.m.
6p - 18h
Saturdays
06h - 12h

TRÈS DE BOND
 De Bond









Projeto		Residência Alaíde Muniz		
Ano	1956			
Arquiteto	Geraldino Pereira Duda			
Tipologia de uso	Residencial			
Propriedade	Privada			
Nível de proteção	Não tombado			
Estado de conservação				
Caracterização				
Volumetria				
Estrutura				
Superfície/revestimento				
Elementos decorativos				
Esquadrias				
Geral				

Embora não se tenha registros fotográficos das décadas anteriores para se realizar uma análise comparativa, através dos aspectos físicos da casa visíveis nos dias de hoje, é possível identificar que a residência se encontra em um excelente estado de conservação. Seus elementos arquitetônicos, esquadrias, superfícies, revestimentos e volumetria foram bem preservados, tanto externamente quanto internamente, com seu mobiliário e peças decorativas de época permanentes. O imóvel permanece com o mesmo uso da data de sua construção: residencial.



Figura 07: Registro da Estação Nova nos anos 1990.
Fonte: Acervo de Jônatas Rodrigues.



Figura 08: Vista externa da Estação Nova em 2009.
Fonte: Acervo de Jônatas Rodrigues



Figura 09: Vista interna da Estação Nova em 2009.
Fonte: Acervo de Jônatas Rodrigues



GRUPOS

PIT

JAYO

BDYO

VAI
TUG

CRIZOS

REVEREND

REVEREND

REVEREND

REVEREND

REVEREND

REVEREND

REVEREND

REVEREND



Em 1957, época em que se comemorava os 50 anos da chegada do trem a Campina Grande, a Estação Nova começou a ser construída com o propósito de expandir os serviços ferroviários locais. Foi inaugurada em 1961. Apesar da diminuição no número de cargas a partir da década de 1970, esteve ativa até o final da década de 2000. Localiza-se próxima à Avenida Professor Almeida Barreto, e sua volumetria foi inspirada em uma embarcação típica do Rio São Francisco. Como pode ser visto nas fotografias, manteve-se relativamente bem conservada enquanto ainda possuía uso, entretanto, após ser desativada, a edificação ficou abandonada e vem sofrendo uma série de mutilações que a colocam em um estado preocupante e de alto risco.



G MALL 470

SAVO

MALL *
NAB

MALL *
NAB

Handwritten graffiti on the right pillar, including a diamond shape and the letters 'AB'.

BD40

Handwritten graffiti on the pillar below the window, featuring a diamond shape with the letter 'B' inside.

Handwritten graffiti on the adjacent wall to the right.

Handwritten graffiti on the base of the building, including a large diamond shape with an arrow pointing left and the word 'DANCE'.



SO-MOBILSTRO.

OS VIND. KAVEIS



T
J
614
KROS

中
A
B
C

Handwritten graffiti tags and symbols on the right side of the door frame.









ASROS
LWZ

NOVA WZ

D'NERO

OKD MZR
WZ

DEMONTIE
STARSSIANE
I

OTJG
17 ANOS

ETerno
DIOLECIO
SMP SAMP LAMP

WZ

3D3



13G POLYNY
14 ANAS

3DE









Projeto		Estação Ferroviária Nova	
Ano	1957		
Arquiteto	Desconhecido		
Tipologia de uso	Industrial		
Propriedade	Pública		
Nível de proteção	Tombado		
Estado de conservação			
Caracterização			
Volumetria			
Estrutura			
Superfície/revestimento			
Elementos decorativos			
Esquadrias			
Geral			

Deteriorada em sua maior parte na última década, o prédio da Estação Ferroviária Nova encontra-se em estado precário e alarmante. Abandonada e sem uso, a edificação conta com pichações irregulares, lixiviações e lodo cobrindo a maior parte de sua superfície. Muitas partes de suas seus aspectos físicos estão em acelerado processo de deterioração, internamente e externamente. As mutilações são visíveis tanto nas paredes quanto nos elementos decorativos. Vê-se escombros da edificação por todo o piso dos ambientes internos. Algumas das janelas já não estão mais presentes, outras estão parcialmente quebradas e em estado precário. As lâmpadas das áreas internas principais estão quebradas e deformadas. Nota-se um grave problema de infiltração: algumas das fotos, tiradas em período chuvoso, revelam grandes poças de água no salão interno, e o forro com graves manchas oriundas da infiltração. Trata-se de uma edificação em grave risco de desabar, que reflete a negligência por parte do poder público e da sociedade perante o patrimônio histórico reconhecido e tombado.



Figura 10: Fotografia aérea de trecho da cidade nos anos 1980, Edifício Rique à direita.
Fonte: Acervo de Antônio F. Bióca.



Figura 11: Banco Industrial de Campina Grande. Fonte: Diário da Borborema, 1957



Figura 12: Registro do Edifício Rique na década de 1960. Fonte: Acervo de José Edmilson Rodrigues

“Rainha pela magnitude e imponência dos novos edifícios que pontificam a cidade, imprimindo-lhe, com essa arrojada verticalidade, uma fisionomia inteiramente compatível com os dias que vivemos, porque este é o sentido exato das conquistas do crescimento moderno.” (CAMPINA..., 1964, p.08).



Medepharma



Projetado em 1957 pelo arquiteto Hugo Marques, o edifício João Rique, antigamente conhecido como Banco Industrial de Campina Grande (por ter sediado o mesmo, fundado por João Rique Ferreira, em 1927), é registrado na Rua Venâncio Neiva, entretanto, sua fachada principal é voltada para a Rua Marquês do Herval. Possui valor imensurável à arquitetura e à história de Campina Grande por ser o primeiro edifício verticalizado da cidade. Sua construção repercutiu-se nos jornais da época associando-o à chegada da modernidade no município.



EDIFÍCIO
SÃO JOÃO

BOAS
ELETRÔNICAS

Ricardo

NTTB

Dias

ESTO BOM

Redepharma

Redepharma

Dias

3375-0565 / 7

Classificação
Módulo - 1000 - 1000
Classificação

TIM









Projeto	Edifício João Rique		
Ano	1957		
Arquiteto	Hugo Marques		
Tipologia de uso	Misto (Comercial, Residencial, Serviços)		
Propriedade	Privada		
Nível de proteção	Tombado		
Estado de conservação			
Caracterização			
Volumetria			
Estrutura			
Superfície/revestimento			
Elementos decorativos			
Esquadrias			
Geral			

É possível observar através de uma análise comparativa que a janela em fita concebida como um dos cinco pontos da arquitetura moderna por Le Corbusier e inserida estrategicamente no terceiro andar por Hugo Marques na época da inauguração, que soltava o volume vertical do volume horizontal, não existe mais. Hoje nota-se apenas um grande muro opaco, extensão do restante do edifício. O impacto dessa descaracterização implica na extinção da leveza pensada para o projeto. Vítima de vários elementos parasitários, é possível notar grandes placas publicitárias cobrindo a superfície dos pavimentos inferiores, que se somam com instalações de aparelhos condicionadores de ar e subtraem da identidade do edifício. Algumas janelas e trechos do concreto dos andares inferiores apresentam rachaduras, a passagem do tempo é visível na lixiviação presente em trechos do concreto. Em alguns locais o revestimento foi mutilado para a instalação de canos e apoios para fios, que são numerosos e ofuscam a visão do prédio, o que só poderia ser revertido através de uma ação eficaz de conservação urbana integrada. Em geral, o nível de conservação dessa edificação não é bom, e requer maiores cuidados.



Figuras 13 a 16: Fotografias de análise projetual da Residência Vieira Silva, em 2015. Fonte: Acervo de Alcília Afonso.





Construída em 1957 e projetada pelo arquiteto pernambucano Augusto Reynaldo, a Residência Vieira Silva era a última das 5 casas do estilo moderno construídas pelo arquiteto e conservadas na cidade de Campina Grande. Localizava-se na Rua Raimundo Alves da Silva. Outras edificações campinenses demolidas do arquiteto foram a residência do médico Bezerra de Carvalho (1952) e a Casa Loureiro Celino (1958). Embora fosse uma das residências mais representativas e importantes do estilo na cidade, com traços arquitetônicos originais e únicos, que influenciaram a produção moderna posterior na cidade, a residência foi demolida recentemente, no dia 18 de março de 2017. Trata-se da última grande perda histórica e arquitetônica que Campina sofreu, e seu lamentável acontecimento apenas reforça o quanto a cidade precisa rever sua política de conservação e reconhecer seu próprio e valioso patrimônio histórico e cultural.







Projeto	Residência Vieira Silva		
Ano	1957		
Arquiteto	Augusto Reynaldo		
Tipologia de uso	Residencial		
Propriedade	Privada		
Nível de proteção	Em processo de tombamento		
Estado de conservação			
Caracterização			
Volumetria			
Estrutura			
Superfície/revestimento			
Elementos decorativos			
Esquadrias			
Geral			

A residência, que recentemente possuía uso de serviço como escritório de advocacia, foi vendida e, em seguida, demolida, na noite de 18 de março de 2017, sem nenhum aviso prévio e sem o conhecimento de qualquer órgão responsável pela proteção do patrimônio público. A casa estava em processo de tombamento, que não foi levado adiante pela IPHAEP, embora os atuais integrantes do órgão reconheçam o enorme valor histórico agregado à casa, e que o processo de tombamento deveria ter sido concluído. Hoje já não resta mais nada da edificação, e como diz Amorim (2007), essas mortes prematuras despertam frustrações inconsoláveis, especialmente quando há a exposição pública do “corpo jacente”, como foi o caso. Nas semanas seguintes, houve forte comoção da sociedade como um todo em relação à perda que a cidade sofreu, e a demolição da casa serve como alerta para a necessidade de se ampliar a educação patrimonial no município e de se preocupar mais com a história e a memória coletiva da cidade.

7.7 ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Centro de Humanidades - UFCG

Endereço: Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó, Universitário

Propriedade: Universidade Federal de Campina Grande

Autor do Projeto: Heitor Maia Neto

Ano do Projeto: 1961



Mapa 09: Localização do Centro de Humanidades da UFCG. Fonte: Google Earth, 2017.

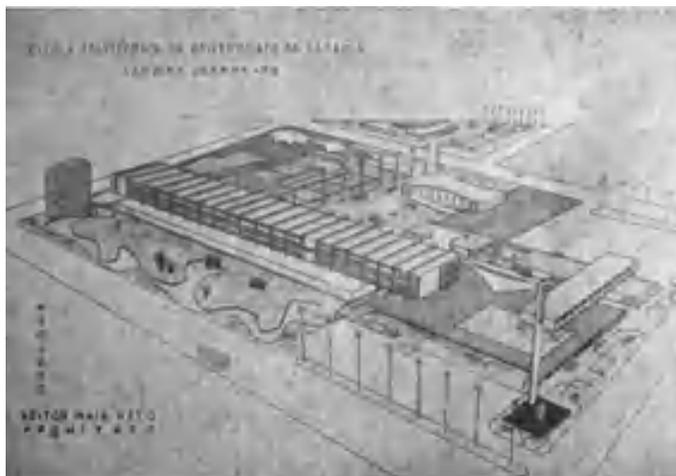


Figura 17: Projeto original para a Escola Politécnica. Fonte: Diário da Borborema, 1959.



Figura 18: Escola Politécnica na década de 1960. Fonte: Stúdio Siqueira.



Figura 19: Escola Politécnica na década de 1980. Fonte: Arquivo da Associação dos Aposentados.



Figura 20: Vista externa da Escola Politécnica. Fonte: Acervo de Antônia F. Bióca.



DES



CENTRO DE HUMANIDADES

Small sign with illegible text, possibly a name or address.

A Escola Politécnica da Paraíba foi a primeira instituição de ensino superior de Campina Grande, e sediou os primeiros cursos de Engenharia Civil e de Elétrica. Sua fundação ocorreu em 06 de outubro de 1952, em uma reunião com a presença do General Oliveira Leite, amparada pela Lei nº. 792 do governo José Américo de Almeida. O funcionamento da escola foi autorizado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, através do Decreto Federal de número 33.286, no dia 14 de julho de 1953. No início, ela funcionava em uma edificação neoclássica de 1924, no centro de Campina Grande. A edificação em análise foi projetada pelo arquiteto Heitor Maia Neto e só começou a ser construída em 1961, em Bodocongó, tendo sua construção finalizada em 1964, ano do centenário de Campina Grande, e imediatamente se tornou a sede oficial da escola. Em 1970, ela seria incorporada pela UFPB, e finalmente, em 2002, ela se tornaria a Universidade Federal de Campina Grande. Hoje, a edificação é um dos prédios da universidade: o Centro de Humanidades, e sedia aulas da área de Humanas, Centros Acadêmicos, livraria universitária dentre outras atividades.





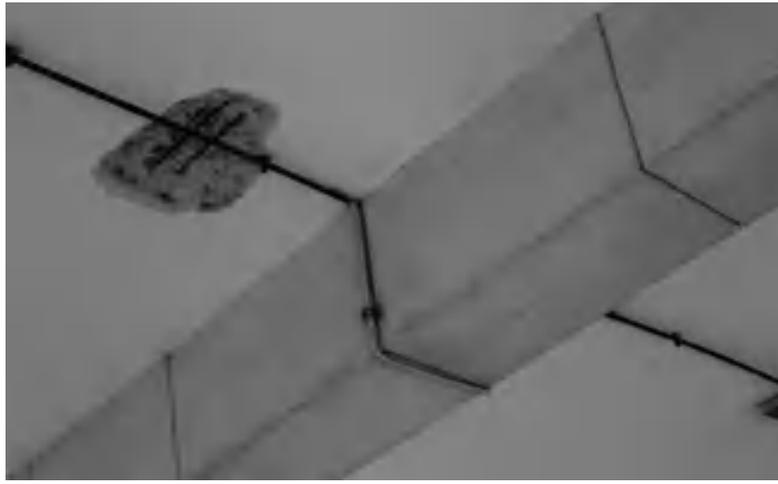
SALA 10











Projeto	Escola Politécnica da Universidade da Paraíba			
Ano	1961			
Arquiteto	Heitor Maia Neto			
Tipologia de uso	Serviço			
Propriedade	Universidade Federal de Campina Grande			
Nível de proteção	Não tombado			
Estado de conservação				
Caracterização				
Volumetria				
Estrutura				
Superfície/revestimento				
Elementos decorativos				
Esquadrias				
Geral				

A Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, atual Centro de Humanidades da UFCG, mantém sua volumetria inalterada, porém, seu entorno foi bastante modificado, e a implementação descuidada de condicionadores de ar trouxeram ao edifício perdas em sua caracterização. Uma de suas paredes foi mutilada apenas para a instalação de cabos de aparelhos de condicionadores de ar. Nota-se mutilações pontuais em lugares específicos da edificação, problemas relacionados a infiltrações de água da chuva em uma de suas extremidades, e pichações na área interna da escadaria. A passagem do tempo é visível através da pátina nas estruturas externas de concreto aparente. Entretanto, no quadro geral, a edificação se encontra em um bom estado de conservação.

7.8 CLUBE DO TRABALHADOR DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SESI Aprígio Velloso da Silveira

Endereço: Rua Dom Pedro II, 767 – Prata

Propriedade: SESI

Autor do Projeto: Tertuliano Dionísio

Ano do Projeto: 1962



Mapa 10: Localização do Clube do Trabalhador. Fonte: Google Earth, 2017.



Figura 21: Fachada frontal do Clube do Trabalhador, em 1962. Fonte: Acervo do clube



Figura 22: Fachada lateral do Clube do Trabalhador, em 1962. Fonte: Acervo do clube



SESI
QUALIDADE DE VIDA

SESI
Fitness
PRATA





A edificação do Clube do Trabalhador, arquitetada pelo arquiteto Tertuliano Dionísio e construída em 1962, na gestão presidencial de João Goulart, teve seu ginásio utilizado como auditório para uma “cerimônia cívica” comemorativa com o discurso do presidente Castelo Branco em 1 de maio de 1966, com a presença do governador João Agripino e do presidente do clube. O clube teve como usos diversos cursos educacionais, de lazer e de esporte, como foi o caso do curso de extensão de Educação Física, em 1972. Atualmente funcionam uma academia, uma piscina e um ginásio, onde são realizadas diversas atividades diárias.





Saída de Emergência

Sala de Avaliação Física

PUXE

SESI

ACCESO RESTRIITO
ÁREA PLANTAS/ARMAZÉM

SALA DE AVALIAÇÃO FÍSICA

















Projeto	Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria			
Ano	1962			
Arquiteto	Tertuliano Dionísio			
Tipologia de uso	Serviço			
Propriedade	Privada			
Nível de proteção	Não tombado			
Estado de conservação				
Caracterização				
Volumetria				
Estrutura				
Superfície/revestimento				
Elementos decorativos				
Esquadrias				
Geral				

A edificação do Clube do Trabalhador permanece com suas características, volumetria, esquadrias e elementos decorativos inalterados. As placas publicitárias do volume da academia estão equilibradas e não chegam a atrapalhar a imagem da edificação. A passagem do tempo pode ser observada no concreto aparente, que manifesta manchas resultantes da reação do material do concreto com umidade e água. O uso também não foi alterado, exceto pela adaptação existente no volume que hoje funciona a academia. O conjunto que compõe o clube está, portanto, em ótimo estado de conservação.

7.9 EDIFÍCIO PALOMO

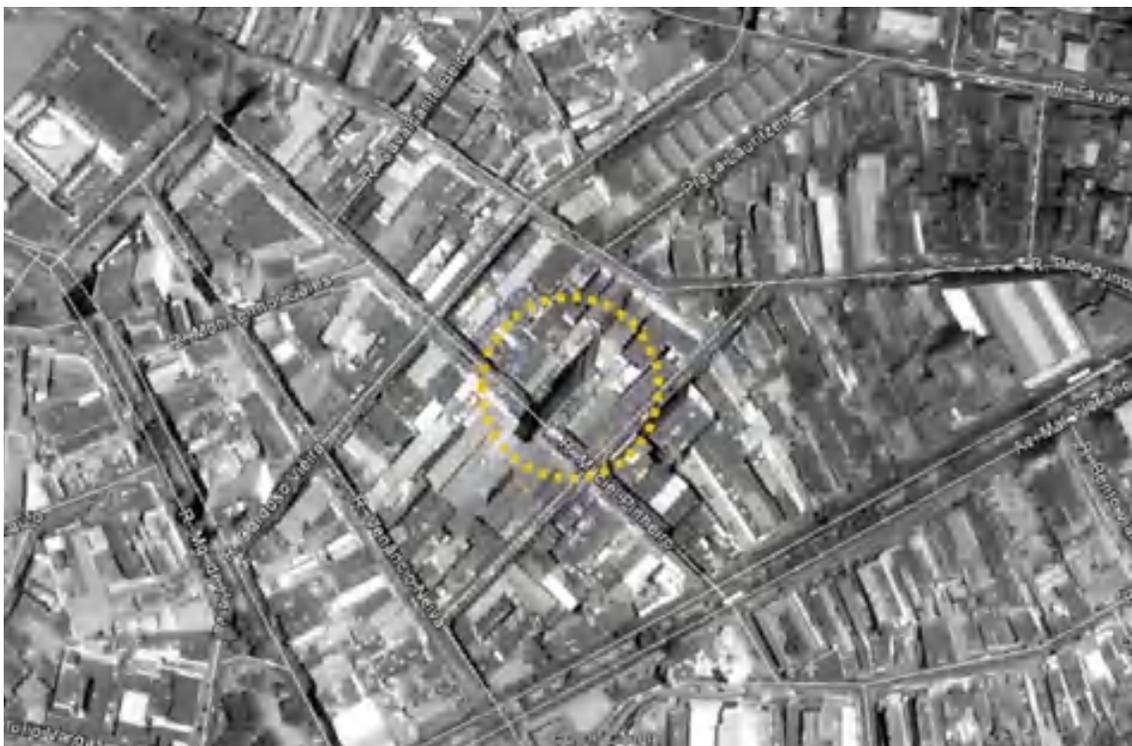
Condomínio do Edifício Engenheiro Roberto Palomo

Endereço: Rua Maciel Pinheiro, 160 – Centro

Propriedade: Privada

Autor do Projeto: Hugo Marques

Ano do Projeto: 1962



Mapa 11: Localização do Edifício Palomo. Fonte: Google Earth, 2017.



Figura 23: Recorte da Figura 02 com foco na fachada lateral esquerda do Edifício Palomo (centro da imagem). Fonte: Retalhos Históricos de CG (modificado pelo autor)



Figura 24: Recorte da Figura 06 com foco na fachada lateral direita do Edifício Palomo (ao fundo). Fonte: Retalhos Históricos de CG (modificada pelo autor)

“Muitas ações de requalificação têm destituído esse caráter inerente à obra. Parecem fundamentar-se nos mesmos princípios que comandam programas televisivos que vendem a necessidade de tornar novos velhos objetos (...) o que fica evidente em muitos casos apresentados (...) é a semelhança entre as faces pós-cirurgia, revelando outros aspectos do mesmo fenômeno: o desejo de parecer com alguma celebridade ou a escolha de padrões nem sempre compatíveis com a compleição física dos pacientes.” (AMORIM, 2007, p. 42, Da Morte por Vaidade)





Projetado em 1962 por Hugo Marques, o edifício Palomo localiza-se na Rua Maciel Pinheiro, uma das ruas mais movimentadas de Campina Grande, e possui uso misto, dispondo de estabelecimentos comerciais, de serviço, e apartamentos residenciais. Trata-se do segundo edifício alto construído na cidade, sucedendo o Edifício João Rique.







Projeto	Edifício Palomo
Ano	1962
Arquiteto	Hugo Marques
Tipologia de uso	Misto (Residencial, Comercial, Serviços)
Propriedade	Privada
Nível de proteção	Tombado
Estado de conservação	
Caracterização	
Volumetria	
Estrutura	
Superfície/revestimento	
Elementos decorativos	
Esquadrias	
Geral	

Embora não se tenham fotografias antigas detalhadas desse edifício, é possível deduzir que o mesmo se encontra bastante descaracterizado devido às esquadrias de alumínio e vidro da fachada frontal e, principalmente, do revestimento de pastilhas cerâmicas por todas as fachadas frontal e lateral esquerda, que são materiais que não eram utilizados na época da construção. Apenas a fachada lateral direita permanece caracterizada e relativamente conservada. Equipamentos condicionadores de ar, e antenas em excesso poluem a cobertura do edifício e podem ser vistos como elementos parasitários.

Localizado na Rua Semeão Leal, numa área central de Campina Grande, em rua paralela à Avenida Floriano Peixoto, o Edifício Prata tem o alvará de construção n.º. 1.179, registrado em livro em 07 de julho de 1962, no Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Apesar da data de registro, sabe-se que a construção foi concluída um tempo antes, não se sabe exatamente quando. O responsável pela construção do edifício foi o ex-prefeito de Campina Grande Raymundo Vianna de Macedo, que governou a cidade nos anos de 1945 e 1946, e possuía vários imóveis, entre eles o terreno onde se localiza a “Feira da Prata”, que leva seu nome. Vianna foi um dos fundadores do “Jornal Praça de Campina” (1934), da Embrapa, da Sociedade Rural e da Sociedade Beneficente dos Artistas. A edificação é estruturada em concreto armado, e possui em sua fachada frontal 4 grandes pilares em v, referenciada característica da arquitetura moderna, que dá identidade ao edifício. Não foram encontradas fotografias antigas relacionadas a essa edificação.



&

Traga el documento de
C (83) 98760.7640

Traga el documento de
reparación con compra

GRAU
LAB

PRODUCTOS Y SERVICIOS OPTICOS

GRUPO EMPRESARIAL GRAU

www.grauperu.com



ΕΠΙΧΕΙΡΗΣΗ ΕΠΙΧΕΙΡΗΣΗ
ΕΠΙΧΕΙΡΗΣΗ ΕΠΙΧΕΙΡΗΣΗ ΕΠΙΧΕΙΡΗΣΗ

&

G
L
αγαθός
7040



G & L
Óculos, Armações e Lentes
O Preço é a qualidade que não marca
(83) 98760.7840
Preço e Qualidade e Tudo em
organizado em compromisso

Super Market

가림

Assessoria Jurídica

Marcos de Gamba — Zéfira M. De Almeida Costa

Trabalhista, Criminal e Direito Empresarial

SMARTLAB

(031) 3322-3050









Projeto	Edifício Prata		
Ano	1962		
Arquiteto	Desconhecido		
Tipologia de uso	Misto (Comercial, Residencial, Serviços)		
Propriedade	Privada		
Nível de proteção	Tombado		
Estado de conservação			
Caracterização		Amarelo	
Volumetria			Verde
Estrutura			Verde
Superfície/revestimento		Amarelo	
Elementos decorativos			
Esquadrias		Amarelo	
Geral		Amarelo	

Apesar de não se ter encontrado fotografias antigas do edifício, através da análise visual do mesmo hoje, nota-se grande descaracterização dos pavimentos térreo e T+1, observando a poluição visual dos cartazes e placas publicitárias que cobrem a superfície dos mesmos, e as esquadrias de alumínio e vidro que servem de entrada para as lojas. A superfície da edificação encontra-se bastante suja, o que revela ausência de manutenção. Além disso, postes de energia e sua fiação ofuscam bastante a visualização do objeto como um todo, questão que só poderia ser solucionada através da cooperação do poder municipal e a aplicação de uma política de conservação urbana integrada.

7.11 TEATRO MUNICIPAL

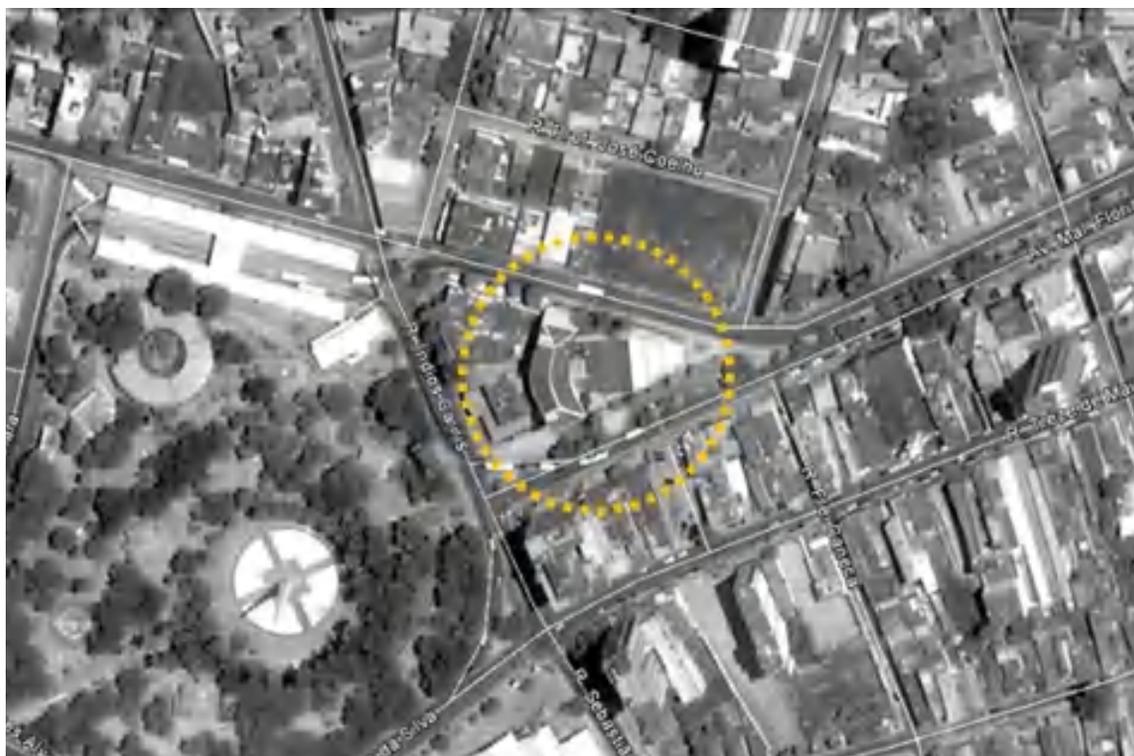
Teatro Municipal Severino Cabral

Endereço: Avenida Mal. Floriano Peixoto, S/N – Centro

Propriedade: Teatro Municipal Severino Cabral

Autor do Projeto: Geraldino Pereira Duda

Ano do Projeto: 1962



Mapa 13: Localização do Teatro Municipal. Fonte: Google Earth, 2017.



Figura 25: Etapa final da construção do Teatro Municipal, 1962. Fonte: RHCG



Figura 26: Inauguração do teatro, 1963. Fonte: TEATRO

“Quando (Severino) Cabral manifestou o desejo de fazer um teatro, então o Dr. Austro me incumbiu de tal, e como era minha área, eu tive que desempenhar o papel, e assim foi feito o projeto do teatro.” (Geraldino Duda, em entrevista para a TV Itararé, 2007)





O projeto do Teatro Municipal Severino Cabral foi elaborado no ano de 1962, e sua construção foi finalizada em 1963. Foi com esse projeto que o arquiteto pernambucano Geraldino Duda ganhou destaque e prestígio na cidade. Construído a partir da necessidade do município de expandir seu aspecto cultural, o teatro se tornou o principal ponto relativo a atividades voltadas a cultura de Campina Grande, onde aconteceu e acontece vários festivais, celebrações, peças e apresentações em geral. Sua volumetria ousada e inédita para a época, e suas características modernas diferenciadas fizeram com que a mesma se tornasse um dos principais ícones visuais da cidade, e trouxeram à edificação um valor arquitetônico e patrimonial inestimável.





RUA
DOM PEDRO II

RUA
DOM PEDRO II











Projeto	Teatro Municipal Severino Cabral		
Ano	1962		
Arquiteto	Geraldino Pereira Duda		
Tipologia de uso	Serviço		
Propriedade	Teatro Municipal Severino Cabral		
Nível de proteção	Tombado		
Estado de conservação			
Caracterização			
Volumetria			
Estrutura			
Superfície/revestimento			
Elementos decorativos			
Esquadrias			
Geral			

A volumetria da edificação permanece inalterada, e a estrutura da mesma encontra-se em bom estado. Nota-se fios, elementos parasitários e pequenas rachaduras em trechos da edificação secundária, além do edifício que dificulta a visualização do grande mural presente na fachada posterior do teatro. Na superfície externa dos volumes principal e secundário, nota-se manchas oriundas de lixiviações que descem pelo concreto aparente e revelam a passagem do tempo pelo qual o edifício passou. Na superfície de mármore próxima à porta principal, uma visível mutilação chama a atenção: parte do revestimento não existe mais, e é possível observar os tijolos de pedra que estruturam a edificação e, no centro de cada tijolo, o material utilizado para colar as peças de mármore. A solução para essa situação não é nítida, já que a utilização de um material semelhante dos dias de hoje para preencher pode ser considerada uma descaracterização, como alerta a própria Carta de Burra. Em termos gerais, o teatro encontra-se em um bom estado de conservação.

7.12 RESIDÊNCIA ANTÔNIO DINIZ MAGALHÃES

Endereço: Rua Salvino Figueiredo – Centro

Propriedade: Privada

Autor do Projeto: Geraldino Pereira Duda

Ano do Projeto: 1962



Mapa 14: Localização da Residência Antônio Diniz Magalhães. Fonte: Google Earth, 2017.

“Quando a arquitetura deixa de ser por nós ocupada e passa a constituir apenas forma edificada, torna-se um pouco menos arquitetura. Essa morte por falta de vida humana mata e imprime profundas marcas no corpo da arquitetura.” (AMORIM, 2007, p. 62, Da Morte por Abandono)

Projetada pelo arquiteto Geraldino Duda e executada pelo engenheiro Nilton de Almeida Castro, a casa, solta no lote, chama atenção pelo seu esquema de cobertas com lajes inclinadas e sua tectônica diversificada, com a utilização de portas de correr e diversos materiais nas superfícies externas. Localiza-se na rua Salvino Figueiredo, e encontra-se abandonada e à venda. Não foram encontradas fotografias antigas relacionadas.





SEND SE
98803-5067
99963-4162
98763-7554
99972-1537











Projeto	Residência Antônio Diniz Magalhães			
Ano	1962			
Arquiteto	Geraldino Pereira Duda			
Tipologia de uso	Residencial			
Propriedade	Privada			
Nível de proteção	Não tombado			
Estado de conservação				
Caracterização			■	
Volumetria			■	
Estrutura			■	
Superfície/revestimento		■		
Elementos decorativos			■	
Esquadrias				■
Geral			■	

A edificação conta com sua fachada frontal e seus elementos decorativos conservados. Porém, o fato da mesma estar abandonada desencadeou em vários prejuízos para o conjunto: o jardim e o entorno, sem um tratamento, está repleto de galhos e folhas secas, sujo e mutilado. As fachadas laterais e posterior encontram-se bastante deterioradas e sujas. Faltam peças do revestimento cerâmico de sua fachada lateral esquerda, o quintal dos fundos está repleto de entulhos, os pisos do térreo e do primeiro andar encontram-se mutilados, a poeira e o lodo cobrem as esquadrias laterais, as superfícies da edificação e as escadarias de concreto. Além disso, a residência está à venda, o que representa um risco para a mesma.

7.13 RESIDÊNCIA HELENO SABINO DE FARIAS

Endereço: Rua Melo Leitão, 210 – São José

Propriedade: Privada

Autor do Projeto: Geraldino Pereira Duda

Ano do Projeto: 1962



Mapa 15: Localização da Residência Heleno Sabino. Fonte: Google Earth, 2017.

A residência Heleno Sabino de Farias localiza-se em frente à Praça do Trabalho, na Rua Melo Leitão, e chama a atenção por sua volumetria arredondada e diferenciada. Sua disposição no lote, seu jardim, seu pilotis, sua esquadria e sua modulação revelam seu estilo arquitetônico, e seu formato único destaca seu valor arquitetônico e sua importância para a arquitetura moderna paraibana.



















Projeto	Residência Heleno Sabino de Farias		
Ano	1962		
Arquiteto	Geraldino Pereira Duda		
Tipologia de uso	Residencial		
Propriedade	Privada		
Nível de proteção	Não tombado		
Estado de conservação			
Caracterização			
Volumetria			
Estrutura			
Superfície/revestimento			
Elementos decorativos			
Esquadrias			
Geral			

Embora não se tenha fotografias antigas para uma melhor análise, pelas fotografias, é possível deduzir algumas poucas descaracterizações e uma boa conservação: na fachada oeste, uma porta e uma janela de alumínio, da entrada dos fundos, denunciam uma ação de descaracterização irreversível, e nota-se uma pequena mutilação em uma folha de vidro de uma janela basculante. Fora isso, a residência encontra-se bem conservada, mantendo seus elementos decorativos, sua volumetria e sua caracterização de modo geral. O uso permanece sendo o de sua inauguração: residencial.

7.14 RESIDÊNCIA EUTIQUI LOUREIRO

Endereço: Rua Rodrigues Alves, 675 – Prata

Propriedade: Privada

Autor do Projeto: Geraldino Pereira Duda

Ano do Projeto: 1962



Mapa 16: Localização da Residência Eutiqui Loureiro. Fonte: Google Earth, 2017.



Figura 27: Residência Eutiqui Loureiro na década de 1960. Fonte: PMCG



Figura 28: Residência Eutiqui Loureiro em 2015. Fonte: Google Street View

“(...) Nessa tendência de uniformização e banalização, vários imóveis tiveram suas expressões faciais modificadas e remoçadas pela substituição dos seus revestimentos originais. A semelhança com os rostos petrificados pela ação da toxina botulínica é evidente. Fachadas de pastilhas cerâmicas foscas, como faces enrugadas que revelam a pátina do tempo, são substituídas por (...) polidas e jovens. Tal qual enfuziantes senhoras, obras de contornos modernistas se oferecem como os mais novos endereços na praça, perdendo a graça e beleza que o tempo lhes conferiu.” (AMORIM, 2017, p. 43, Da Morte por Vaidade)





Projetada por Geraldino Duda e construída na Rua Rodrigues Alves em 1962, a Residência Eutiqui Loureiro foi um exemplar da arquitetura moderna residencial de características únicas e elementos decorativos singulares. É mais uma vítima de uma “modernização” patrimonialmente inconsciente e ignorante.











Projeto	Residência Eutiqui Loureiro		
Ano	1962		
Arquiteto	Geraldino Pereira Duda		
Tipologia de uso	Residencial		
Propriedade	Privada		
Nível de proteção	Não tombado		
Estado de conservação			
Caracterização	■		
Volumetria	■		
Estrutura		■	
Superfície/revestimento	■		
Elementos decorativos	■		
Esquadrias	■		
Geral	■		

Descaracterizada em todos os seus aspectos, a edificação construída em 1962 deixou de existir para dar lugar a um edifício genérico, distante de possuir um valor histórico e arquitetônico que um dia teve. Sua volumetria, suas esquadrias, seus revestimentos e seus elementos decorativos não existem mais. O que um dia foi um valioso exemplar da arquitetura moderna residencial, hoje, é irreconhecível. Uma edificação de aspectos metálicos, esquadrias e elementos banais ocupa o seu espaço e aponta uma ausência de sensibilidade e de consciência patrimonial que repercute na cidade.

7.15 EDIFÍCIO LUCAS

Endereço: Rua Marquês do Herval, 16 – Centro

Propriedade: Privada

Autor do Projeto: Hugo Marques

Ano do Projeto: 1963



Mapa 17: Localização do Edifício Lucas. Fonte: Google Earth, 2017.



Figura 29: Em primeiro plano, o Edifício Lucas, em segundo plano, o Edifício João Rique. Final da década de 1960.

Fonte: Acervo de Welton Solto Fontes



Figura 30: O Edifício Lucas de antes da construção do calçadão da Cardoso Vieira, executada em 1975.

Fonte: Retalhos Históricos de CG





○ Edifício Lucas constitui um importante exemplar da produção moderna do arquiteto licenciado carioca Hugo Marques. Localizado no centro da cidade de Campina Grande, na esquina das ruas Marquês do Herval e Cardoso Vieira, possui importância arquitetônica singular devido ao fato da construção possuir forte inovação estrutural e volumétrica. No contexto da cidade, o prédio possui imagem simbólica do progresso do município, tendo em vista que trata-se do terceiro edifício alto da cidade, sucedendo os edifícios João Rique e o Palomo, em um tempo em que a visão de progresso era diretamente associada ao gabarito das construções.



EDIFICIO
LUCAS

LOJA TREZE
mixbet

E





EDIFÍCIO
LUCAS

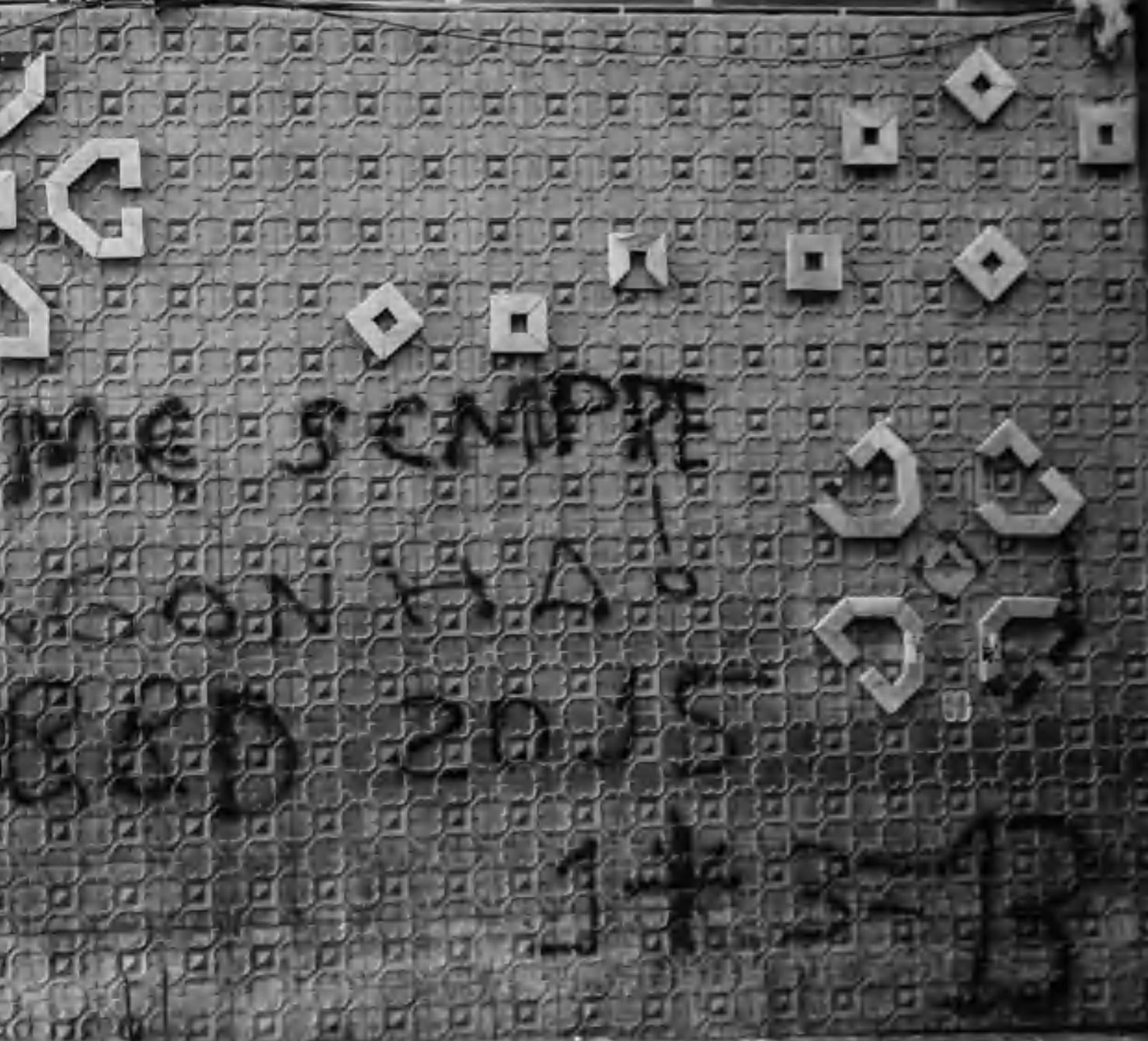

LOJA DO TREZE

ATENÇÃO
VIXE QUE TENH...
C. ATEND. DE S...
E TRABALH...
CERTAIN ASS...





Handwritten Arabic text on a textured wall. The text is arranged in two lines. The top line contains several characters, including a prominent 'ح' (Ha) and 'ك' (Ka). The bottom line contains more characters, including 'د' (Dal), 'ع' (Ain), 'ن' (Nun), 'و' (Waw), and 'ل' (Lam). The characters are stylized and appear to be part of a larger message or name.



Large stylized letters, possibly 'G' and 'C', arranged vertically on the left side of the wall.

Large stylized letters, possibly 'ME' and 'SEMPIT', arranged horizontally in the middle of the wall.

Large stylized letters, possibly 'ON' and 'TA', arranged horizontally below the middle section.

Large stylized letters, possibly 'CO' and '20', arranged horizontally below the previous section.

Large stylized letters, possibly '3' and '1', arranged horizontally at the bottom of the wall.

Large stylized letters, possibly 'U' and 'U', arranged vertically on the right side of the wall.

Large stylized letters, possibly '1' and '1', arranged vertically at the bottom right of the wall.











Projeto	Edifício Ouro Branco			
Ano	1965			
Arquiteto	Hugo Marques			
Tipologia de uso	Institucional			
Propriedade	Privada			
Nível de proteção	Tombado			
Estado de conservação				
Caracterização				
Volumetria				
Estrutura				
Superfície/revestimento				
Elementos decorativos				
Esquadrias				
Geral				

○ Edifício Lucas sofre com descaracterizações pequenas e numerosas, que somadas comprometem sua integridade e sua identidade. Pelo fato de possuir uso comercial e de serviço em seus pavimentos inferiores e localizar-se na área central da cidade, placas, letreiros e folhetos de marketing poluem toda a fachada térreo e escondem esquadrias inteiras. Luminárias com o único objetivo de iluminar placas de marketing foram instaladas e interferem, em pequena escala, na volumetria geral, assim como as instalações de condicionadores de ar que aparecem eventualmente tanto na fachada frontal quanto nas laterais. Instalações elétricas e fiações obstruem a visão do imóvel por quem passa na rua. A superfície da edificação encontra-se bastante deteriorada, nota-se lixiviações, descascamentos na tinta e pedaços inteiros do concreto a superfície quebrados, sendo possível enxergar em alguns trechos a armação metálica da estrutura. O mural voltado para a Rua Cardoso Vieira se encontra mutilado, pixado e incompleto. A conservação do edifício encontra-se em estado de alerta.



Figura 31: Hotel Ouro Branco em 1965.
Fonte: Gabriela Matos do Ó



Figura 32: Hotel Ouro Branco na década de 1980.
Fonte: Gabriela Matos do Ó



Hotel
N nord

RESTAURANTE
OURO BRANCO
SELF SERVICE

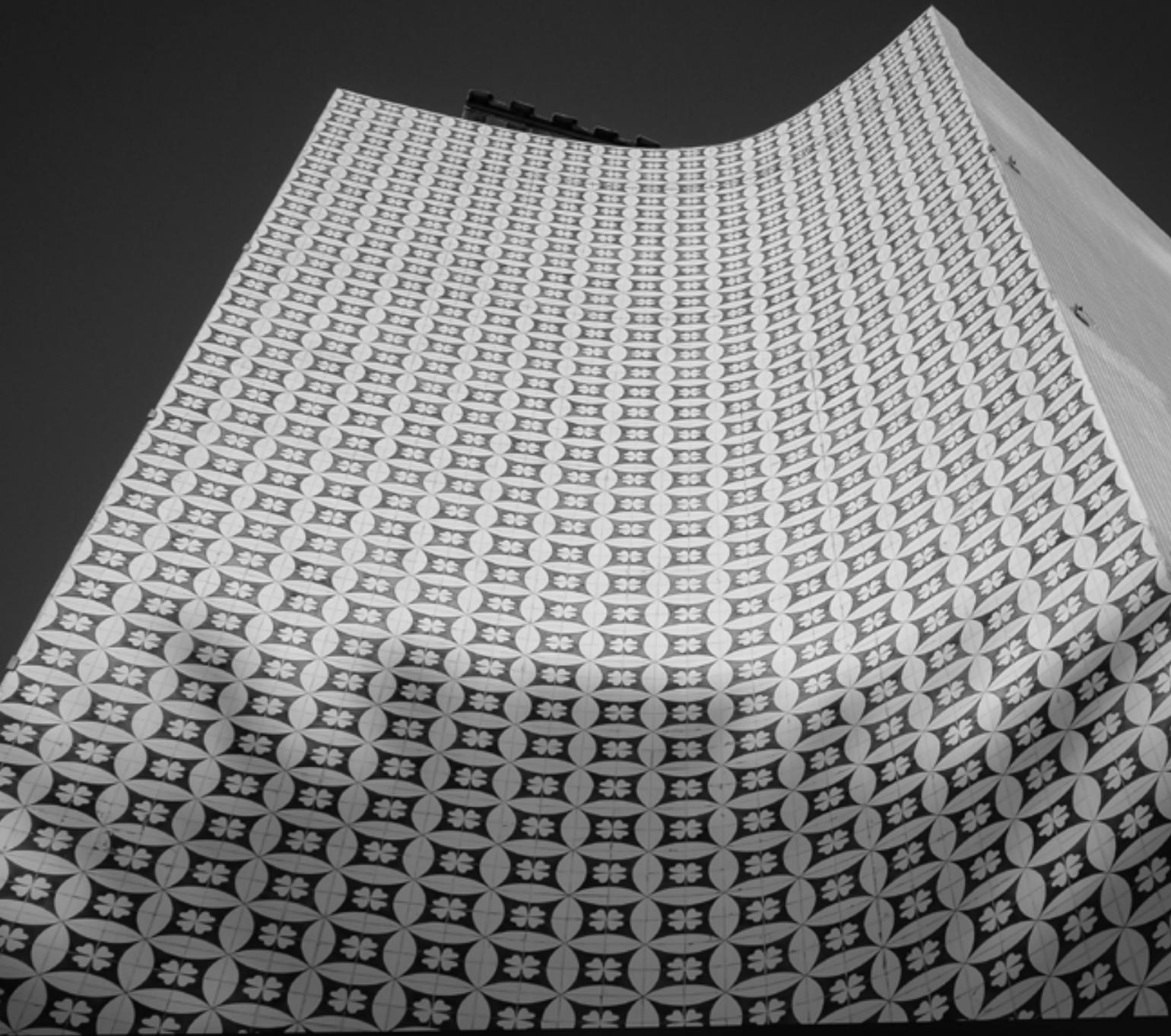
vip park
ESTACIONAMENTO



O Hotel Ouro Branco, construído pelo engenheiro Lynaldo Cavalcanti e inaugurado em 1965, foi o último edifício projetado por Hugo Marques em Campina Grande. Seu volume principal conta com 5 pavimentos, e a cobertura conta com outro volume, no qual foram realizadas grandes modificações no decorrer do tempo. Atualmente a edificação pertence à rede de hotéis Nord Hotéis e se chama “Nord Easy Campina Grande”.



Hotel
Nord
59













Projeto	Edifício Ouro Branco		
Ano	1965		
Arquiteto	Hugo Marques		
Tipologia de uso	Institucional		
Propriedade	Privada		
Nível de proteção	Tombado		
Estado de conservação			
Caracterização	■	■	■
Volumetria	■	■	■
Estrutura	■	■	■
Superfície/revestimento	■	■	■
Elementos decorativos	■	■	■
Esquadrias	■	■	■
Geral	■	■	■

Através de uma análise comparativa de suas fotografias antigas e atuais, nota-se que a edificação foi bastante descaracterizada, principalmente em seus pavimentos inferiores e no volume da cobertura. Quando inaugurado, nota-se pela Figura 31 que seu volume da cobertura possuía apenas um pavimento, e que as esquadrias do térreo eram grandes portas de vidro que se estendia por todo o módulo. Hoje, o volume da cobertura possui 2 pavimentos, teve suas esquadrias bastante alteradas, e foi inserido um telhado de alumínio que salta do edifício. As esquadrias do térreo também foram bastante alteradas, ao invés de portas de vidro que ocupam todo o módulo, nota-se uma porta reduzida, e paredes com revestimento novo e polido, com janelas recortadas de esquadrias genéricas. Nas fotografias registradas esse ano, nota-se na área interna volumes e revestimentos contemporâneos, e uma outra grande reforma com uma nova estrutura ainda em execução. Essa contínua descaracterização, que até hoje acontece, coloca em risco toda a identidade do edifício.

Projeto	Ano	Autor	Tipologia		Proteção de bem		Estado de conservação
			Uso	Propriedade	Cadastrado	Tombado	
Edifício dos Correios	1950	Desconhecido	Serviço	Pública	Sim	Sim	
ACCG	1955	Desconhecido	Serviço	Pública	Sim	Sim	
Residência Alaide Muniz	1956	Geraldino Duda	Residencial	Privada	Não	Não	
Estação Ferroviária Nova	1957	Desconhecido	Industrial	Pública	Sim	Sim	
Edifício João Rique	1957	Hugo Marques	Misto	Privada	Sim	Sim	
Residência Vieira Silva	1957	Augusto Reynaldo	Residencial	Privada	Sim	Não	
Escola Politécnica da Universidade da Paraíba	1961	Heitor Maia Neto	Serviço	Pública	Não	Não	
SESI	1962	Tertuliana Dionísio	Serviço	Privada	Não	Não	
Edifício Palamo	1962	Hugo Marques	Misto	Privada	Sim	Sim	
Edifício Prata	1962	Desconhecido	Misto	Privada	Sim	Sim	
Teatro Municipal Severino Cabral	1962	Geraldino Duda	Serviço	Pública	Sim	Não	
Residência Antônio Diniz Mogalhães	1962	Geraldino Duda	Residencial	Privada	Não	Não	
Residência Helena Sabina de Farias	1962	Geraldino Duda	Residencial	Privada	Não	Não	
Residência Eutiqui Loureiro	1962	Geraldino Duda	Residencial	Privada	Não	Não	
Edifício Lucas	1963	Hugo Marques	Misto	Privada	Sim	Sim	
Edifício Ouro Branco	1965	Hugo Marques	Serviço	Privada	Sim	Sim	

Tabela 01: síntese dos dados levantados



Gráfico 01: Estado de conservação do acervo analisado

Das 16 edificações, apenas metade está tombada, e dessas, somente uma (a Estação Ferroviária Nova) localiza-se fora do centro urbano de Campina, ou seja, ela é a única edificação que não foi tombada unicamente por estar dentro do perímetro da Zona de Preservação estabelecida pela IPHAEP. É essa a única edificação avaliada como estando em estado precário de conservação.

As 4 edificações referentes aos estados extremos (ótimo e completamente destruído ou descaracterizado) são de propriedade privada. Ou seja, apenas proprietários privados tiveram êxito em conservar obras com excelência, ao mesmo tempo em que apenas os mesmos chegaram a destruir ou descaracterizar completamente

uma edificação, enquanto as edificações de caráter público limitam-se em uma variação de precário a bom. A mesma consideração se adequa ao quesito tombado ou não tombado: as 4 obras que estão em estados extremos não são tombadas, e todas as tombadas estão entre o estado precário e o bom.

Das 7 edificações avaliadas como regular/em risco, 6 são de propriedade privada, onde, na maioria dos casos, os proprietários descaracterizaram parcialmente as edificações voluntariamente, através de elementos parasitários, placas publicitárias ou de reformas com aplicação de novos revestimentos. Dessas 6 edificações, 5 estão tombadas e localizam-se no centro urbano da cidade, e dessas, 4 possuem uso misto (comercial, serviço e residencial). Pode-se observar, então, um padrão relativo ao estado de conservação das edificações localizadas no centro, de caráter privado e que possuem uso misto.

A maior parte das edificações de caráter público está em bom estado de conservação, ao mesmo tempo em que a única edificação cuja conservação está avaliada como estado precário (a Estação Nova) também possui caráter público, e é a que precisa de uma intervenção com mais urgência.

9. CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão de curso aponta que essa constante busca pelo progresso e pelo desenvolvimento presente de maneira exorbitante na cidade desde a década de 1920, em suas esferas pública e privada, passa a ser prejudicial à própria memória e identidade do município, uma vez que o poder público, aliado às iniciativas privadas, foca-se em trazer uma imagem nova e contemporânea, tomando como

referência os aspectos visuais de grandes cidades externas ao nordeste, postergando seu próprio patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Dessa forma, a cidade passa a ser subjugada por uma imagem que nada tem a ver com a região a qual está inserida. Prédios altos e espelhados se tornam sua atração visual, o novo símbolo de modernidade, que ao contrário das edificações modernas das décadas de 50 e 60 que tiveram esse mesmo papel, não se adequam aos fatores culturais e climáticos do semiárido nordestino.

A ideia de que a arquitetura moderna é um produto cultural que deve ser protegido ainda não está consolidada em nossa sociedade. As consequências desse fato são a descaracterização, o abandono, a deterioração e a destruição de incontáveis edificações modernas, e o risco de perda da identidade e da memória coletiva da cidade, até o ponto da mesma se tornar irreconhecível. No trabalho realizado, ficou nítido que mesmo o Centro Histórico da cidade, tombado e reconhecido, vem sendo mutilado e desfigurado pela voracidade do crescimento de uma cidade que ainda não conhece as vantagens de se conservar seu patrimônio.

Embora o tempo e suas condicionantes (chuvas, ventos, fatores externos) sejam considerados inimigos da preservação do edifício, nota-se que a insciência patrimonial e o mercado imobiliário são atores bem mais perigosos, tendo em vista que enquanto o tempo causa a deterioração lenta e parcial, a insciência patrimonial leva proprietários a descaracterizarem completamente seus imóveis sem se dar conta da injúria cometida, e a lógica de mercado pode realizar demolições de imóveis inteiros da noite pro dia.

Levando em consideração as rápidas transformações urbanas oriundas da modernidade atual, ASCHER (2010, p. 18) adverte que a sociedade deve dotar-se de novos instrumentos a fim de controlar essa revolução urbana, tirar partido dela e evitar os eventuais prejuízos, e propõe a formulação de um novo urbanismo, bem como a formulação de alguns princípios fundamentais à sua concepção. Se, muitas vezes, o

proprietário vê mais vantagem na venda do imóvel tido como potencialmente histórico, a arcar com as despesas e os cuidados exigidos pelo bem tombado, nota-se a necessidade dessa formulação de novos instrumentos como solução, ofertando, por exemplo, incentivo fiscal aos proprietários de edificações que possuam valor patrimonial.

Segundo Eduardo Araújo Lucas, pesquisador e professor do curso de Arquitetura da Facisa, a depredação e destruição do patrimônio histórico de Campina tem sido difícil de se controlar e de se evitar devido ao fato dos investimentos públicos destinados aos órgãos de controle serem ainda muito baixos, acarretando em escassez de mão de obra e infraestrutura adequada a um trabalho de fiscalização eficiente, por mais competentes que os funcionários envolvidos sejam.⁸

Sendo assim, é importante ir além das críticas ao poder público, muitas vezes ineficientes, e buscar maneiras eficazes de atrair recursos para a conservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, através do diálogo com o poder público e com a iniciativa privada. A cooperação entre a sociedade, o estado e a iniciativa privada é necessária para que a conservação urbana integrada seja efetivada, a conservação do acervo patrimonial fiscalizada, e a história viva da cidade preservada.

⁸ Coeli, Ligia. "Prédios históricos de Campina Grande perdem espaço para novos" G1. 07 de outubro de 2013. <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/rainha-da-borborema/noticia/2013/10/predios-historicos-de-campina-grande-perdem-espaco-para-novos.html>>

8 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Alcília. **A conservação do acervo arquitetônico moderno em Recife: uma revisão crítica (1930-1960)**. Monografia apresentada ao CECI/UFPE. 1999.

AFONSO, A; VERÍSSIMO, V. **Arquitetura Moderna em Teresina: guia**. Teresina: Gráfica Cidade Verde; Edufpi. 2015.

ALMEIDA, Adriana. **Arquitetura moderna residencial de Campina Grande: registros e especulações (1960-1969)**. Trabalho de Conclusão de Graduação. João Pessoa, CAU/UFPB, 2007.

ALMEIDA, Adriana. **Modernização e Modernidade: Uma Leitura sobre a Arquitetura Moderna de Campina Grande**. Dissertação (Mestrado), 2010.

AMORIM, Luís. **Obituário Arquitetônico Pernambuco Modernista**. 212 p. Recife, 2007.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BAHIA, Denise Marques. **A preservação da arquitetura moderna de Belo Horizonte: Relato de uma experiência**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Volume 12, n 13, Dezembro 2005, Páginas: 155-163

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BO BARDI, Lina. **Uma aula de arquitetura**. Projeto, São Paulo, n. 133, 1990, p. 103 – 108

CAMPINA Grande é centenária. **A União**. João Pessoa, 11 out. 1964, p.08.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A preservação do patrimônio como construção social**. In: Arqtextos, ano 12, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

GASTÓN, C; ROVIRA, T. **El proyecto Moderno: Pautas de Investigación**. Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

HEINEN, Hilde. **Transitoriness of modern architecture**. In: CUNNINGHAM, Allen (Ed.). *Modern movement heritage*. London: E&FN Spon, 1998. p.25-31.

JOKILEHTO, Jukka. **Continuity and change in recente heritage**. In: OERS, R.V.; HARAGUCHI, S. (Ed.) *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/WHC, 2003. P. 101-109.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Pesquisa Acadêmica na FAUUSP**. São Paulo, FAUUSP, 2005. 72 p.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LEATHERBARROW, David; MOSTAFAVI, Mohsen. **On Weathering: The Life of buildings in time**. Cambridge: The MIT Press, 1997.

LINO, Sulamita. **O Modernismo “Com Sabor Local”: Uma Arquitetura Antropofágica?**. In *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 133-152, dez. 2005

MACDONALD, Susan. **20th century heritage: recognition, protection and practical challenges**. In: ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger. Paris: ICOMOS, 2003.

MAXWELL, Robert. **Preface**. In: CUNNINGHAM, Allen (Ed.) *Modern movement heritage*. London: E&FN Spon, 1998.

MOREIRA, Fernando. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. In: Revista CPC, São Paulo, n. 11, p. 152-187, 2011.

PESSÔA, José. **Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte**. In: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Org.). *Moderno e Nacional*. Niterói: EdUFF; 2006.

PRUDON, Theodore. **Great expectations: Woolworth Building (Cass Gilbert) and Lever House (SOM)**. In: CUNNINGHAM, Allen (Ed.). *Modern movement heritage*. London: E&FN Spon, 1998. p. 77-84.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCCG, 2016

QUEIROZ, M.; MELO, F. **Caminhos da arquitetura moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950**. Recife: 1º Seminário DOCOMOMO NorteNordeste Recife-PE, 8 a 11 de maio de 2006.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

ROCHA, Mércia. **Patrimônio arquitetônico moderno: do debate às intervenções**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CT, 2011.

RODRIGUES, J; OLIVEIRA, T; BRITO, V. **Memorial da Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande: 90 anos de história.** Campina Grande: EPGRAF, 2016.

TINEM, Nelci e COTRIM, Márcio. **Na urdidura da modernidade. Arquitetura Moderna na Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária PPGAU/UFPB, 2014. 340p

WAISMAN, Marina. **El patrimonio es la construccion de la ciudad.** Semma, Montevideú, n. 23, p. 92, fev./mar. 1997.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna.** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Olinda, 2014.